

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Nível Mestrado**

Joana D'Arc Costa

**Dos Movimentos Sociais às Funções Institucionais:
a Consolidação de uma Geração Política em Sergipe.**

**Natal - RN
2009**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Joana D'Arc Costa

**Dos Movimentos Sociais às Funções Institucionais:
a Consolidação de uma Geração Política em Sergipe**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Grau de Mestre em Ciências Sociais. Área de Concentração: Política, Desenvolvimento e Sociedade.

ORIENTADOR: Prof. Dr. João Bosco Araújo da Costa.

**Natal - RN
2009**

Joana D’Arc Costa

**Dos Movimentos Sociais às Funções Institucionais:
a Consolidação de uma Geração Política em Sergipe**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Grau de Mestre em Ciências Sociais. Área de Concentração: Política, Desenvolvimento e Sociedade.

APROVADA em _____ / _____ / _____

Banca Examinadora

Prof. Dr. João Bosco Araújo da Costa/UFRN

Prof. Dr. João Emanuel Evangelista /UFRN

Prof. Dr. Carlos Alberto do Nascimento/UERN

Fazer da interrupção um caminho novo. Fazer da queda um passo de dança, do medo uma escada, do sono uma ponte, da procura um encontro. (Fernando Sabino).

GRADECIMENTOS

Não posso deixar de agradecer primeiramente, a Deus, pela força e sustentação que disponibilizou para mim nesta jornada.

Ao orientador, Prof. Dr. João Bosco Araújo da Costa, pelo apoio, estímulo e acima de tudo pela tranquilidade que me passou durante o desenvolvimento do trabalho.

Ao meu amável parceiro dessa caminhada, Leonardo Nunes Santana, fundamental nosso contato, dividindo e equilibrando os momentos de angústia, muita discussão, incertezas e avanços. Crescemos juntos, Léo.

Aos professores do curso, pela competência na reconstrução dos conhecimentos.

A toda a minha família (filhos, mãe, irmãos e sobrinhos), pela compreensão e envolvimento em todas as fases da pesquisa. Faço aqui dois destaques especiais: Anderson Campos, que com grande entusiasmo e capacidade acompanhou as correções dos meus textos; Betisabel Vilar, minha quase irmã, que me tranquilizava quando fazia as observações e considerações valiosas nos meus escritos.

A equipe da Universidade Tiradentes – Minter, pela realização deste programa. Agradeço também a Secretaria Municipal de Educação de Aracaju pela minha liberação, sem a qual seria impossível concluir a dissertação em tempo.

Por fim a todos que direta e indiretamente contribuíram para realização desse trabalho: Priscila Muniz Costa, minha sobrinha, pesquisadora e auxiliar nas entrevistas, sua contribuição foi significativa; Claudia Laís da Silva Campos, que além de sobrinha entusiasta, me socorria nas correções de emergência. Você foi fundamental no meu equilíbrio ortográfico; Mamãe e Patrícia dos Santos, duas preciosidades que me deram sustentação orgânica e moral. Inúmeras vezes discretamente colocavam ao meu lado algo para me alimentar, como manifestação de carinho; Michelle por ser eficiente nas transcrições das entrevistas, o que favoreceu a agilidade do trabalho. Foram muitas as pessoas amigas e queridas que me ajudaram a alcançar esse pleito. Agradeço intensamente a todos.

RESUMO

Este trabalho, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre em Ciências Sociais, descreve os resultados da pesquisa “Dos movimentos sociais às funções institucionais: a consolidação de uma geração”. A pesquisa teve como objetivo geral descrever a trajetória de uma geração política que emergiu a partir dos movimentos sociais nos anos 80 em Sergipe e contemporaneamente exerce as principais funções governamentais do cenário político do Estado. Como objetivos específicos a pesquisa descreveu a emergência dos movimentos sociais dos anos 80 em Sergipe; localizou nos movimentos sociais em Sergipe dos anos 80 o início da trajetória de uma nova geração política e descreveu a consolidação dessa nova geração política em funções institucionais como expressão de um novo bloco de poder na política sergipana. Entre os movimentos sociais que tiveram visibilidade no período e projetaram suas lideranças no cenário político sergipano, o estudo destaca o movimento estudantil, dos professores, dos bancários, dos mineiros e o movimento dos trabalhadores rurais. Utilizou como procedimento metodológico a pesquisa em sites, jornais e depoimentos colhidos nas entrevistas semiestruturadas. As principais lideranças dos cinco movimentos sociais estudados, estão, contemporaneamente, governando o estado, administrando a prefeitura da capital e exercendo funções legislativas na Assembléia Legislativa de Sergipe e na Câmara de Vereadores de Aracaju. Neste estudo descrevemos a trajetória política das principais lideranças dessa geração de militantes e organizadores dos movimentos sociais e partidos de esquerda em Sergipe, apontando que sua consolidação no cenário político do Estado significou um novo bloco de poder na política sergipana.

Palavras-chave: Movimentos Sociais, Geração, Funções Institucionais.

ABSTRACT

This study was presented to the Post-Graduation Program in Social Sciences at UFRN as part of the requisites for obtaining the title of Master in Social Sciences. It describes the results of the research "From social movements to the institutional functions: the consolidation of a generation". Its main objective is to describe the history of a political generation that emerged from the social movements, in the 80's, in Sergipe, and that nowadays occupies the main governmental positions in the State's political scenario. As its specific objectives, the research described the emerging of social movements in the 80s in Sergipe; it found in the social movements in Sergipe, in the 80s, the beginning of the history of a new political generation, and described the consolidation of this new political generation in institutional positions as the expression of a new group of power in Sergipe's politics. Among the social movements that gained visibility in that period and that projected their leadership into the political scenario of Sergipe, this study highlights: the students' movement, teacher's movement, bank clerks' movement, miners' movement, and rural workers' movement. It utilized as methodology the research in sites, magazines, and the use of testimonies from semi-structured interviews. The main leadership of the five movements that were analyzed is, nowadays, governing the state, administering the capital's city hall, and performing legislative work at the Legislative Assembly of Sergipe, and at the Chamber of City Councilmen of Aracaju. This study described the political history of the main leadership of that generation of militants and organizers of social movements, and of left party groups in Sergipe, highlighting that their consolidation in the political scenario of the State meant the consolidation of a new group of power in Sergipe's politics.

Keywords: Social Movements, Generation, Institutional Functions

LISTA DE FIGURAS

Figura - 1: Funeral de Edson Luís e a manifestação dos estudantes.....	25
Figura - 2-Passeata dos Cem Mil.....	25
Figura – 3 - Na praça pelas Diretas-Já.....	33
Figura – 4 - Manifestação em frente ao prédio do jornal A Gazeta durante a primeira greve dos bancários, em 1934.....	42
Figura 5 – Bancários sergipanos na greve geral de 1985. Fonte – Jornal Resistência de 26 a 1 de Setembro de 2009.....	43
Figura – 6 Assembleia de professores do Estado de Sergipe: Fonte – jornal Cinform, caderno 7, 8-14 de Janeiro de 2001.....	48
Figura 7- Maior ato contra o governo dos últimos cinco anos impõe rediscussão da política econômica e mostra que só nas ruas é possível derrotar FHC Brasília. Fonte: Informativo SURGENTE, nº 591. 1999.....	50
Figura 8 - Monumento desenhado por Oscar Niemeyer dedicado ao MST.....	53

LISTA DE SIGLAS

AI - Ato Institucional	CNEG - Campanha Nacional de Educandários Gratuitos
APMESE - Associação de Profissionais do Magistério do Estado de Sergipe	DCE – Diretório Central dos Estudantes
APEMA - Associação dos Professores de Aracaju	DEM - Democratas
ASN – Agência Sergipe de Notícias	EMC - Educação Moral e Cívica
ARENA- Aliança Renovadora Nacional	FETASE- Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe
BANESE - Banco do Estado de Sergipe	FMI - Fundo Monetário Internacional
BNH- Banco Nacional da Habitação	FUNDAT - Fundação Municipal do Trabalho
BR – Brasil Distribuidora	FUNCAJU - Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Esportes da Prefeitura de Aracaju
CLT- Consolidação das Leis do Trabalho	GEOSOL - Geologia Sondagens Ltda.
CEPES - Centro dos Profissionais de Ensino de Sergipe	IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Contag - Confederação dos Trabalhadores na Agricultura	INEP/MEC - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/Ministério da Educação
Contec - Confederação Nacional de Empresas de Créditos	INCRA/SE- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária de Sergipe
CUT - Central Única dos Trabalhadores	JUC - Juventude Universitária Católica
CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito	JOC - Juventude Operária Católica
CASR - Centro acadêmico Silvio Romero	JAC - Juventude Agrária Católica
CREA - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia	JEC - Juventude Estudantil Católica
CNB - Confederação Nacional dos Bancários	LC - Ligas Camponesas
CENEC - Campanha Nacional de Escolas da Comunidade	LEC - Liga Eleitoral Católica

Master - Movimento dos Agricultores Sem-Terra

MEB - Movimentos Eclesiais de Base

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MEB- Movimento de Educação de Base

MR8 - Movimento Revolucionário 8 de Outubro

ONG's - Organizações Não-Governamentais

PMDB- Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PDS- Partido Democrático Social

PLR - Participação nos Lucros e Resultados

PT- Partido dos Trabalhadores

PMA - Prefeitura Municipal de Aracaju

PMN - Partido da Mobilização Nacional

PFL- Partido da Frente Liberal

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PDT- Partido Democrático Trabalhista

PC do B - Partido Comunista do Brasil

PCBR - Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

PL – Partido Liberal

PP - Partido Progressista

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PSP- Partido Social Progressista

PSD- Partido Social Democrático

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSTU - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PV – Partido Verde

SEEB/SE - Sindicato dos Bancários de Sergipe

SINTESE- Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe

SASC - Secretaria de Assistência Social e Cidadania

SINDIPETRO- Sindicatos dos Petroleiros

SUDENE- Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SEIDES - Secretaria de Estado da Inclusão e Desenvolvimento Social

SINDIMINA- Sindicato dos Mineiros

Ultab - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

UNICAMP- Universidade Estadual de Campinas

URS- União Republicana de Sergipe

UNE - União Nacional dos Estudantes

UEES- União Estadual dos Estudantes de Sergipe

UDN - União Democrática Nacional

UFS- Universidade Federal de Sergipe

TRE-SE - Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe

TCU - Tribunal de Contas da União

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA EM SERGIPE	17
2.1 Sergipe Antes do Golpe Militar de 1964	17
2.2 Depois do Golpe Militar: os anos 80 – Panorama Político em Sergipe e o Contexto Nacional.....	27
3 EMERGÊNCIA E RECONSTRUÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM SERGIPE PÓS-80	
3.1 Movimento Estudantil Universitário.....	37
3.2 Movimento Sindical – Bancários.....	41
3.3 Movimento Sindical dos Professores.....	45
3.4 Movimento Sindical dos Petroleiros e Mineiros de Sergipe....	48
3.5 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.....	50
4 AS LIDERANÇAS QUE EXPRESSAM UMA NOVA GERAÇÃO NA POLÍTICA SERGIPANA	56
4.1 Do Movimento Estudantil ao Governo de Sergipe: Marcelo Déda Chagas.....	59
4.2 Na Trilha Política: Edvaldo Nogueira Filho.....	70
4.3 Sob a Luz do Candeeiro: João Francisco dos Santos, o Chico Buchinho	75
4.4 Do Sindicalismo ao Parlamento: Ana Lúcia Vieira Menezes.....	83

4.5 Do Sindicalismo à Gestão da Maior Empresa Estatal: José Eduardo de Barros Dutra	88
4.6 A Batalha pela Terra: Conceição Vieira	95
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
6 REFERÊNCIAS	103

1 INTRODUÇÃO

O cenário político sergipano nesta primeira década do século XXI caracteriza-se pela presença, em funções legislativas e governativas, de um conjunto de lideranças políticas que iniciaram suas trajetórias de agentes organizacionais e militantes políticos nos movimentos sociais nos anos 80 do século passado, ocorridos especialmente na cidade de Aracaju, capital do estado.

Como exemplos dessa presença, o governador Marcelo Déda Chagas e Edvaldo Nogueira Filho, prefeito da capital, ambos egressos do movimento estudantil secundarista e universitário; José Francisco dos Santos, conhecido como Chico Buchinho, foi chefe do gabinete do governo Marcelo Déda, é vereador, e iniciou sua atividade política no movimento sindical bancário; Ana Lúcia Vieira, deputada estadual e ex-secretária de Estado do governo Déda, que iniciou sua carreira política no movimento dos professores; José Eduardo de Barros Dutra, sindicalista, ex-senador, ex-presidente da Petrobras e ex-presidente da BR Distribuidora é oriundo do movimento dos petroleiros e dos mineiros; Conceição Vieira, deputada estadual, ingressa na política por intermédio de sua atuação na organização dos trabalhadores rurais na cidade de Japaratuba.

Estes movimentos, cuja maior expressão e visibilidade ocorreu nos anos 80, significaram a emergência de novos atores políticos durante o processo de transição democrática em Sergipe.

Uma característica desses agentes, que hoje são lideranças relevantes do cenário político sergipano, é o fato de pertencerem a partidos políticos de esquerda, tais como o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B). Dos seis citados anteriormente, o governador Marcelo Déda, o vereador e ex-chefe de governo Chico Buchinho, a deputada estadual Ana Lúcia Vieira Menezes, o ex-senador e Chefe da BR Distribuidora José Eduardo Dutra e a deputada estadual Conceição Vieira e são todos filiados desde os anos 1980 ao Partido dos Trabalhadores, enquanto que o prefeito Edvaldo Nogueira Filho é membro do Partido Comunista do Brasil, na mesma década.

As trajetórias particulares desses agentes políticos na esfera pública têm em comum o fato de a) terem sido construídas a partir da atuação deles nos movimentos sociais dos anos 1980, b) pertencerem a partidos de esquerda e c) terem se tornado lideranças do bloco político dominante em Sergipe na contemporaneidade. Estas características comuns são expressões de uma nova geração de atores no contexto da história política recente do estado de Sergipe. Discutindo a utilização do conceito de *geração* como categoria analítica nas Ciências Sociais, Delgado (2007) faz referência a Otávio Velho, para quem o conceito de *geração*:

[...] compreende membros de uma sociedade que nasceram mais ou menos em uma mesma época, em um mesmo lugar ou em diferentes lugares; um segmento de tempo entre o nascimento dos componentes de uma sociedade e o nascimento de sua prole (em torno de 30 anos); pessoas de uma mesma idade, muitas vezes influenciadas por manifestações culturais, condições e modos de vida de uma mesma época (VELHO, 1986 apud DELGADO, 2007, p.148)

As lideranças do novo bloco político dominante, no cenário político de Sergipe, apresentam as características que Otávio Velho atribui à *geração*. Pelos elementos anteriormente elencados, todos os agentes políticos, cuja expressão maior é o governador Marcelo Déda Chagas, foram “influenciado por manifestações culturais, condições e modo de vida e de uma mesma época”, assim como “nasceram mais ou menos em uma mesma época, em um mesmo lugar ou em diferentes lugares”. Por tais características escolhemos o conceito de *geração* para descrever o percurso político de lideranças que se tornaram dominantes na política sergipana.

Certamente nossa opção pelo conceito de *geração* para pensar a trajetória política destas lideranças não substitui a compreensão de que elas também significam a ascensão e a consolidação de um novo bloco político constituído pelos partidos de esquerda que governam o Estado e sua capital.

A pesquisa “Dos movimentos sociais às funções institucionais: a consolidação de uma geração”² teve como objetivo geral descrever a trajetória de

² Na revisão gramatical deste trabalho, foram adotadas as regras do novo acordo ortográfico, implementado em 2009.

uma geração política que emergiu a partir dos movimentos sociais nos anos 80 em Sergipe.

Como objetivos específicos, tratamos de descrever a emergência dos movimentos sociais dos anos 80 em Sergipe, neles situando o início da trajetória de uma nova geração política, e de relatar a consolidação de uma nova geração de políticos, em funções institucionais, como expressão de um novo bloco de poder na política sergipana.

Para realizar os objetivos da pesquisa, utilizamos como processo metodológico os instrumentos da pesquisa documental e qualitativa. A pesquisa documental forneceu tanto os dados referentes aos movimentos sociais dos anos 80 do século passado, quanto os que se referem aos registros das ações e proposições destes movimentos. Quanto aos instrumentos da pesquisa qualitativa, a entrevista semiestruturada possibilitou apreender a avaliação dos diversos agentes políticos que constituem uma geração, na política sergipana, em relação a sua trajetória, concepções e proposições sobre os enunciados de seus projetos, políticas e propostas do governo.

Os procedimentos metodológicos adotados consistiram em:

- a) Para a construção de uma proposta de abordagem teórico-analítica, realizamos o mapeamento da literatura sobre os temas da transição democrática: geração, bloco político no poder, trajetória política e movimentos sociais;
- b) Mapeamento da cobertura feita pela imprensa escrita do Estado: os três principais jornais da capital – Jornal da Cidade, Gazeta de Sergipe e Jornal Cinforme, no que diz respeito aos registros da trajetória dos movimentos sociais no Estado de Sergipe e especialmente das lideranças que emergiram destes movimentos e hoje são dominantes no cenário político institucional;
- c) Entrevistas semiestruturadas com as principais lideranças da nova geração política de Sergipe que expressam um novo bloco de poder. Tais

entrevistas foram citadas em itálico no corpo do trabalho. Na impossibilidade de entrevistar a Marcelo Déda, Ana Lúcia Menezes, Edvaldo Nogueira e José Eduardo Dutra, em função de suas agendas, foi realizada consulta em seus sites pessoais, institucionais e nos jornais locais, para através de seus depoimentos publicados, desvelar os fatos que compõem as trajetórias focalizadas neste trabalho. Outra estratégia utilizada para estes casos foi recorrer a entrevistas com personagens que viveram na mesma época e que, de alguma forma, poderiam contribuir com seus depoimentos para compor as trajetórias em foco.

Essa dissertação se estrutura em três capítulos, nos quais realizamos a apresentação dos resultados da pesquisa. No primeiro, são descritas as singularidades do processo de transição democrática no Brasil e em Sergipe.

No segundo capítulo, contextualizamos os principais movimentos da sociedade civil sergipana que emergiram ou se reorganizaram durante o processo de transição democrática no Estado, entre os quais se destacaram o movimento estudantil-universitário, o movimento sindical dos bancários, dos professores, o movimento dos petroleiros mineiros em Sergipe e o movimento dos trabalhadores sem-terra, movimentos sociais e de classe cujas lideranças se projetaram na cena política sergipana.

No terceiro capítulo, relatamos a trajetória das grandes lideranças políticas nos movimentos sociais sergipanos, que expressaram a consolidação de uma geração: *Ana Lúcia Vieira Menezes* (PT), oriunda do movimento dos professores da rede estadual de ensino, deputada estadual por duas legislaturas – 2002-2006 e a segunda a partir de 2007 e ex-secretária da Pobreza do governo de Sergipe na gestão de Marcelo Déda; *João Francisco dos Santos* - Chico Buchinho (PT), oriundo do movimento dos bancários, ex-chefe de governo da Casa Civil, também na gestão de Marcelo Déda e atual vereador de Aracaju; *Conceição Vieira* (PT), psicopedagoga identificada com o movimento dos trabalhadores rurais, ex-vereadora de Aracaju que assume seu mandato em 2004, deputada estadual a partir de 2007, atualmente Secretária de Estado da Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social; *José Eduardo de Barros Dutra* (PT), oriundo do sindicato

dos petroleiros e posteriormente dos mineiros, ex-senador, cumpriu a legislatura em 1995 a 2003, ex-presidente da Petrobrás de 2003 a 2005 e ex-presidente da BR Distribuidora; *Edvaldo Nogueira Filho* (PC do B), oriundo do movimento estudantil, vereador de Aracaju por duas vezes: 1988-1992 e 1993-1997, vice-prefeito (2000 a 2008) e atual prefeito de Aracaju; e *Marcelo Déda Chagas* (PT), oriundo do movimento estudantil, deputado estadual de 1986 a 1990, deputado federal por dois mandatos em 1994 e 1998, prefeito de Aracaju por dois mandatos, governador do Estado de Sergipe a partir de 2006.

Nas Considerações Finais realizamos a conclusão do trabalho, destacando os principais elementos constitutivos da trajetória e consolidação dessa nova geração na política do Estado.

2 TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA EM SERGIPE

Como em todos os estados brasileiros, Sergipe vivenciou um contexto político antes e depois do golpe militar de 1964.

Tanto o perfil sócio-econômico, demográfico e urbano do estado quanto o cenário político sergipano passaram por significativas mudanças entre os anos 1950 e 1980. Uma característica do cenário político de Sergipe, nos anos 80 do século XX, foi a consolidação de novos atores políticos, de lideranças na governança pública e parlamentares oriundas deste contexto político.

Neste capítulo, descreveremos inicialmente o cenário político de Sergipe no período anterior a 1964; no segundo tópico descreveremos a transição democrática em Sergipe para situar o contexto em que diversos movimentos sociais emergiram.

2.1 Sergipe Antes do Golpe Militar de 1964

O cenário político de Sergipe, antes de 64, apresentou características comuns aos estados do Nordeste brasileiro naquele período. Entre tais características podemos destacar o domínio de forças políticas familiares, a mobilização política dos atores sociais e políticos pelas “reforma de bases” e o início do processo de desenvolvimento e industrialização, impulsionado pela criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - Sudene, que irá transformar a paisagem nordestina nos anos 70 e 80.

A sociedade, por sua vez, vai ampliando seus espaços políticos, pois o Estado torna a participação política mais acessível às massas urbanas a partir das transformações ocorridas entre 1930-1945, entre elas, o voto feminino. Em 1933,

instaura-se o processo de reorganização partidária que desencadeia um novo quadro em Sergipe, segundo Dantas (1989, p. 148):

O quadro político-institucional já se encontrava reformulado, pelo menos em dois sentidos. De um lado, a introdução da Justiça Eleitoral e do voto secreto, dentro de novo código eleitoral, ensejava maior confiabilidade à competição partidária. De outro, havia uma nova correlação de forças menos desproporcional do que no pré-1930.

Nestas mudanças, convém acrescentar que se incluiu o voto feminino. A partir de então, aumentam as possibilidades de crescimento da sindicalização dos trabalhadores da zona urbana, que tiveram o apoio da sociedade política, processo que gradativamente vai minando a influência da oligarquia. A estrutura de poder vai dando lugar a um novo momento histórico de Sergipe. Fato memorável foi a ampliação das agremiações partidárias, quando os trabalhadores lançam candidatos e organizam seus próprios partidos. Também os usineiros lançam candidatos, pois eles perceberam na política uma forma de recuperar a influência e continuar dominando. Desse modo, investiram maciçamente e passam a controlar a sociedade política. Entretanto os trabalhadores não desanimam e continuam intensificando os movimentos e procurando ocupar todos os espaços de grande representação.

Segundo Dantas (2004), observamos que nas eleições de 1933, com a reorganização partidária da Nova República, o primeiro partido a ser fundado foi a União Republicana de Sergipe (URS), criado pelos usineiros que estavam insatisfeitos com o novo contexto histórico e político. Tiveram o apoio dos patrões da zona rural e de intelectuais influentes, bem relacionados com a classe dominante. O segundo foi o Partido Social Progressista (PSP), composto por membros que não se integravam nem com o governo nem com os usineiros. O terceiro foi oriundo das classes subalternas urbanas e grande contingente do patronato rural formaram a legenda Liberdade e Civismo. O quarto, a Igreja Católica, em 1932, atuou com a Liga Eleitoral Católica (LEC).

A exemplo do que ocorria em Sergipe, no plano nacional a participação política ganhava novos contornos, cuja abrangência ameaçava a estabilidade política.

Com a nova ordem instituída, os canais de participação foram tomando rumos mais abrangentes, e os partidos tomaram dimensões de confrontos ideológicos, acarretando o golpe de Estado de 1937. Neste período, a influência do presidente era marcante, os governadores eram obrigados a acatar as indicações da presidência, o que dificultava a organização e normalização da política local, configurando-se um clima político instável. Ainda assim, apesar de predominar o autoritarismo, os 15 anos deste período pode-se dizer terem sido caracterizados por uma tendência à participação de grupos sociais até então alijadas dos processos políticos.

Sergipe viveu o período de 1946 a 1964, como todos estados brasileiros, sob o domínio populista, uma fase de vivência da democracia. Em consequência, o clima político se torna mais estável e dinâmico. Os partidos ganham mais funcionalidade, apesar da cassação do registro do Partido Comunista, apesar da qual, segundo Dantas (2004, p. 170), “grande parte dos proscritos continuou atuando politicamente em outras siglas e geralmente apoiando a UDN, que não se engajou na campanha anticomunista como ocorreu em outros Estados (RJ, PB e AL)” seus militantes continuaram contrariamente remontando espaços sociais e migravam para outras siglas partidárias.

No decorrer dos anos, evidencia-se a alternância de poder entre dois blocos de partidos políticos: a União Democrática Nacional -UDN³, que se constituía das famílias Franco, Diniz e Rollemberg, e o Partido Social Democrático - PSD⁴, que tinha como seus representantes membros das famílias Garcez, Leite e Sobral. Mas, paralelo a isso, os movimentos se organizavam e aumentavam cada vez mais a participação popular:

Como, no restante do país, a classe trabalhadora esteve dividida entre os partidos de orientação conservadora e os partidos de orientação progressista (sic). Assim enquanto uma parte do Centro Operário estava com PSD-PR, outra parte encontra-se no PTB, liderado por Francisco de Araújo Macedo, e outra ainda esteve vinculada ao Partido Comunista do Brasil (PCB) (sic) que tinha alguma representatividade popular em Aracaju, São Cristovão, Maruim e Estância. (GRAÇA, 1996, p. 28).

³ A UDN no comando de Leandro Maynard Maciel, representava as famílias de nomes ilustres, e jovens oriundos dos estratos médios e fazendeiros.

⁴ No comando do PSD estavam Graccho Cardoso e outros que não se afinavam com o governo nem com as orientações dos usineiros.

O Partido Trabalhista Brasileiro, segundo a autora, foi apoiado pelo Ministério do Trabalho em 1945. Seus membros não tiveram muita representatividade junto aos trabalhadores urbanos, com exceção de Francisco Macedo, que era jornalista e proprietário rural e que apesar de sua condição se colocava na defesa da classe oprimida.

Finalizando esse período destacaremos algumas entidades e movimentos significativos para um despertar da consciência democrática no Estado. O Movimento de Educação de Base (MEB) contou com o envolvimento dos estudantes universitários; juntamente com esse movimento surge a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG), campanha apoiada maciçamente por professores, estudantes e muitos que se interessavam pelas mudanças da época.

Os grupos de estudantes sergipanos se inserem na União Nacional dos Estudantes (UNE), criam a União Estadual dos Estudantes de Sergipe (UEES) e comandam o Centro Acadêmico Silvio Romero (CASR). Essa categoria passa a liderar, além de outras forças políticas, os espaços culturais, de comunicação e educacionais. Intensas discussões ideológicas foram travadas em todo o Estado sergipano, em um contexto tumultuado pela luta ideológica, política e econômica travada entre o governo socialista e o governo norte-americano, que disputavam sua hegemonia no mundo, o que, conseqüentemente impulsionou as classes econômicas brasileira a pressionar e impedir o avanço da participação popular. Visão compartilhada por Buonicore (2009, p. 17) que afirma:

O golpe de 64 não foi fruto de um simples complô militar. Ele teve suas bases sociais plantadas nas classes economicamente dominantes e na elite política civil. Essa foi a forma para barrar o acesso da luta do povo brasileiro à realização das reformas estruturais que vinham sendo propostas pelas correntes nacionalistas e de esquerda.

O processo de redemocratização estava se acentuando com a politização crescente; paralelamente, floresciam os atos públicos que aconteciam em todas as principais cidades brasileiras, o que vem reafirmar a preocupação dessas elites em evitar a concretização do projeto de reforma das forças de esquerda, que crescia com o respaldo popular. Os organismos de representação dos movimentos dos

trabalhadores e das entidades de unificação de classe estavam se mobilizando; nesse contexto, fatores como a disposição dos estudantes de se incorporaram no processo de redemocratização. Outro fator importante, na visão de Dantas (1997, p. 67), foi que, à medida que os estudantes ganhavam importância, instigados também pelo desafio da repressão, os partidos de esquerda passaram a intensificar suas atenções, exercendo cada vez mais influência na sua direção.

Vale ressaltar que outro fator preponderante para a formação dessa geração foi a Revolução Cubana que representou para o mundo capitalista, ordenado pelos Estados Unidos, uma ameaça à sua hegemonia na região. Para os segmentos combatentes do capitalismo, significou a possibilidade concreta de eliminação das desigualdades sociais e políticas, geradas por este modelo econômico, e de implantação de um novo regime. Desse modo, conquistaram espaço, em toda a América Latina, os movimentos sociais e os grupos políticos identificados com a construção de uma sociedade socialista.

Com o argumento de que o país se encontrava na iminência de um caos político, econômico e social, provocado pelos governos anteriores, os titulares das três pastas militares, através da Junta Militar, provisoriamente assumiram o governo, composto pelo general Artur da Costa e Silva, o almirante Augusto Rademaker e o brigadeiro Francisco Correia de Melo, institucionalizando o Ato Institucional, nº 01, em 31 de março de 1964 (AI-01). Decretava a eleição indireta para presidente da República, indicando que somente o Colégio Eleitoral poderia eleger o sucessor presidencial. Esse Colegiado era composto pelos congressistas, e com isso os militares conclamaram que aqueles se constituíam os únicos representantes dos anseios e desejos da população. Portanto, somente aquela ala do país poderia eleger o presidente da república sob a alegação da garantia de estabelecer a paz, a honra nacional, sem os entraves da Constituição então vigente. A motivação para instauração do governo militar foi explicitado no Ato Institucional nº 1, de 31 de março de 1964:

[...] poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa Pátria. A revolução vitoriosa necessita de se institucionalizar e se apressa pela sua institucionalização a limitar os plenos poderes de que efetivamente dispõe.

Com a instalação do primeiro Ato Institucional, foi indicado para chefe do Executivo Nacional o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, que tomou posse em 15 de Abril de 1964 e permaneceu até 15 de Março de 1967. No seu governo, foram adotadas medidas consideradas severas, no sentido de garantir a continuidade do Movimento Militar de 64. Através do Decreto de 27 de Outubro de 1965, o AI-02 dissolveu todos os partidos políticos e impôs o bipartidarismo de fato com a criação da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Outras formas de contenção da influência de forças externas à nação brasileira foram implementadas em nome de uma crença que cerceava a organização das categorias, como dos trabalhadores, estudantes, enfim, qualquer forma de participação da sociedade, de modo a não criar dificuldades para efetivação dos novos planos políticos para o Brasil.

O regime militar adotou medidas econômicas e políticas como o surgimento da nova unidade monetária, o Cruzado Novo, a criação do Banco Central do Brasil e do Banco Nacional de Habitação (BNH), obedecendo orientação do Fundo Monetário Internacional (FMI), e a implementação da correção monetária. Teve também como prioridade o combate à inflação e à modernização do Estado, bem como da economia brasileira. Nesta direção, surgiram projetos de expansão de rodovias que, além de outros benefícios às estratégias militares, atrelavam cada vez mais o país ao capital estrangeiro. À exceção da unificação dos Institutos de Previdência Social, observa-se a ausência de medidas no campo social. Além da falta de liberdade política imposta à população brasileira, o governo militar desconsiderava a diversão, comunicação e cultura à população.

Neste sentido, ficam visíveis as fortes pressões internacionais e até mesmo as nacionais, no gerenciamento do país e do povo brasileiro, que conseqüentemente assiste atônito às mudanças que se processavam no campo político, econômico e social.

Ainda assim, não foram suficientes as estratégias criadas, no período de governo de Castelo Branco, para frear os obstáculos que se apresentavam à concretização e efetivação do movimento instaurado em 1964. Os parlamentares

contrariavam as ordens dos militares, não se dobrando diante deles, fato que motiva a adoção de medidas mais punitivas, como a instauração do Ato Institucional nº 05, de 13 de Dezembro de 1968, qualificado como o mais severo e autoritário dos Atos, criado no governo do Marechal Arthur da Costa e Silva.

Inicia um período de maior repressão social e política em diversos estados brasileiros, vez que os comandantes das corporações dos Exércitos tinham como finalidade desmontar a estrutura de poder dos governos anteriores. A fim de restabelecer a ordem social e reorientar a política nacional, reprimiram e perseguiram os grupos que tinham ligação com o governo destituído do cargo. Qualquer iniciativa ou mobilização contra a estabilidade do governo era imediatamente sufocada pela cassação de mandato e proibição de qualquer movimento social.

Nos anos de 1968, antes do AI-5, estudantes, intelectuais, artistas e profissionais liberais saíam às ruas para demonstrar a insatisfação com a nova ordem política e com o cerceamento da liberdade de expressão.

Um fato que marcou profundamente a vida social e política dos brasileiros foi o que aconteceu no dia 28 de Março, no Rio de Janeiro, quando estudantes organizados em passeata reivindicavam melhorias do restaurante Calabouço, protestando contra o preço e a comida. O Calabouço era um local que oferecia refeição a preços menores da praça, por isso os estudantes de baixa renda procuravam esse espaço para sobreviverem e continuarem seus estudos.

Neste dia, segundo Gonçalves (2006), a tropa da Polícia Militar, com propósito de coibir qualquer manifestação, chegou ao restaurante dispersando os manifestantes com cacetadas. Os estudantes se reagruparam e reagiram partindo contra os soldados com as armas que dispunham: paus e pedras. O revide é com tiros, tendo sido atingido e morto o Edson Luís de Lima Souto. Segundo Gonçalves (2006, p. 1):

Longe de ser um líder estudantil, Edson Luís era somente um daqueles jovens que vinham do interior para tentar estudar no Rio de Janeiro. Nascido em Belém, no Pará, em 24 de fevereiro de 1950, era membro de uma família muito pobre. Começou seus estudos primários na Escola Estadual Augusto Meira, em sua cidade natal, mas mudou-se para o Rio de Janeiro e prosseguiu seus estudos secundários no Instituto Cooperativo de Ensino, que funcionava no Calabouço. Ao contrário dos líderes estudantis, Edson Luís não tinha elementos míticos para sonhar em ser o que acabou se tornando: um mártir.

De acordo com a autora, esse episódio alcançou grande repercussão e suscitou a reação da sociedade brasileira contra a repressão militar. Desencadeiam-se, neste período, outras perseguições contra qualquer cidadão que se manifestasse ou se mobilizasse na defesa dos movimentos sociais. No caso do movimento estudantil, ainda que não caiba julgar a validade ou não da causa que movia os estudantes, o que se evidenciou foi a falta de preparo da polícia em lidar com as questões que dizem respeito ao cidadão comum, obedecendo cega e militarmente, sem discernimento do que é certo ou errado, o justo do injusto. Os estudantes, ao protestarem contra o abuso de poder, também se utilizaram do fato para ampliar a mobilização, estourando greves em diversas universidades do país, de modo que o movimento de organização tomou grandes proporções. Tal situação motivou a Câmara dos Deputados e o Congresso Nacional a tomarem posição diante do fato.

Uma ala da Igreja Católica identificada com os movimentos populares se posicionou em defesa dos estudantes, desconsiderando as ordens estabelecidas pelos militares. Também no segmento político verificaram-se críticas acirradas contra o regime ditatorial implantado pelos militares. Isso fez desaguar, em Dezembro do mesmo ano, mais um Ato Institucional, o de nº 5, desta vez para conter os impulsos crescentes da onda que tomava conta de todo o país. Nas figuras 1 e 2, procuramos ilustrar a grande mobilização dos estudantes em consequência da ação repressora da polícia com a morte do estudante Edson Luís de Lima Souto.



Figura 1: Funeral de Edson Luís e a manifestação dos estudantes, no Rio de Janeiro. Fonte: Arquivo dos anos 68/Folha on-line.

A imprensa política brasileira qualificou o ato como um dos mais repressores do regime militar.



Figura 2: A "Passeata dos Cem Mil", no Rio de Janeiro, como ficou conhecido o ato, reuniu uma multidão contra o regime militar. Fonte Folhaonline 26 jun. 68 e 26 jun 68/Folhaonline.

Essa manifestação não foi representada apenas pelos estudantes; houve o apoio da classe média brasileira, de diversos intelectuais, de artistas, dentre outras figuras de peso político. A passeata foi organizada por Vladimir Palmeira e Luís Travassos, na época presidente da União Nacional dos Estudantes - UNE; isso marca o início da luta dos estudantes de forma aberta e deliberada contra o regime.

Com a promulgação do AI-5 se acentua, em 1968, o desejo de democratização no país, acirrado com as proibições, os decretos, com o governo dirigido sob a égide de atos institucionais. O povo brasileiro vai gradativamente se recuperando do choque que o deixara atônito para voltar à mobilização. Dessa forma as medidas não surtiram o efeito de coibições, mas, ao contrário, estimularam os ânimos da população, porque fez explodir, nos movimentos, principalmente estudantis, grande pressão de anseios de liberdade, como configura Figueiredo (2000, p. 500):

A invasão da Universidade de Brasília não impede a realização, em Ibiúna, São Paulo, a partir de 12/10/1968 do XXX Congresso da União Nacional dos estudantes (UNE), invadido pelo Exército e pela Polícia do Governador Abreu Sodré (1967/1971), presos cerca de 700 estudantes, entre eles José Dirceu e Vladimir Palmeira. A abertura democrática é intolerável para a ditadura, que agrava a crise.

O AI 5 tem a finalidade de conter e proibir o avanço da luta pela democratização no Brasil. Com ele é instaurado todo tipo de combate às manifestações, tendo sido respaldado por civis influentes e até mesmo os considerados conservadores que organizaram movimento de massa com o auxílio de uma ala da Igreja Católica em apoio ao regime militar. Esse Ato marcou os brasileiros: muitos sofreram torturas, custou suor, lágrimas, dores, sangue e mortes, conforme ressalta Figueiredo (2000). Os diversos atos institucionais dos governos militares tinham por objetivo conter todo e qualquer tipo de reivindicação e de contestação ao regime.

O Ato Complementar nº 47, de 07 de Fevereiro de 1969, ainda no governo do Marechal Arthur da Costa e Silva, decreta o recesso das Assembleias Legislativas dos estados da Guanabara, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Sergipe; suspende também as eleições diretas em todos os níveis de poder. Esse momento do governo, de acordo com Dantas (1997), chega ao auge de sua

tendência punitiva. Os reflexos da movimentação que vinha se desencadeando na casa legislativa sergipana, no governo do doutor Lourival Batista, levaram a imprensa local a receber o Ato como necessário à operação limpeza. De modo que muitas cassações foram realizadas, inclusive de quatro deputados sergipanos. Dantas (1997, p 108) afirma:

A última lista de cassações que atingiu a Assembleia Legislativa de Sergipe foi divulgada em fins de abril/69, envolvendo Rosendo Ribeiro Filho e Jaime Araújo de Andrade. Além desses dois parlamentares, perdeu também o mandato e teve seus direitos políticos suspensos por dez anos o deputado federal João Machado Rollemberg.

Nessa época, os políticos – ou mesmo qualquer intelectual, ao se posicionarem publicamente contra as atitudes do regime, eram punidos e ainda indiciados como influenciadores de jovens estudantes, como foi o caso de Jaime Araújo. Na sua ficha quando foi indiciado, indicava o combate na Tribuna da Assembleia ao regime militar e o seu envolvimento com estudantes em mesa de bar. Ao ser indiciado, sua ficha registra o combate ao regime militar na tribuna da Assembleia e seu envolvimento com estudantes em mesas de bar.

2.2 Depois do Golpe Militar: os anos 80 – Panorama Político em Sergipe e o Contexto Nacional

Em Sergipe, os fatos revelam que o movimento repressivo atuava prendendo e cassando prefeitos, e arbitrariamente levando para a prisão – o quartel do 28º Batalhão de Caçadores do Exército, situado em Aracaju – sindicalistas, estudantes, intelectuais, trabalhadores rurais e urbanos. Diante de qualquer desconfiança ou de denúncia vazia, o cidadão era recolhido ao quartel. Segundo Dantas (2000), não se sabia quem realmente autorizava as prisões. Os sergipanos viveram momentos de muita tensão, principalmente os mais participativos e engajados na militância das entidades associativas da sociedade civil sergipana, envolvidas com o processo de participação popular e redemocratização do país.

Nesta perspectiva, se consubstancia a consciência política de cidadãos sergipanos que interligados com a política nacional e internacional, davam continuidade ao desejo de mudança. Passam a incentivar a luta institucional na direção de organizar a formação de novos quadros para a política sergipana.

Com a edição do AI-02, de outubro de 1965, por Castelo Branco, que criava o bipartidarismo, em Sergipe, houve a formação dos dois partidos: a Aliança Renovadora Nacional - ARENA e o Movimento Democrático Brasileiro – MDB. Mais uma vez, reproduz o caminho que seguia no cenário nacional, forma maioria esmagadora com os situacionistas, que não tiveram nenhuma dificuldade de formar quadros, para sua representação, enquanto que o partido opositor não tendo quadro suficiente para cobrir todo o estado consegue formar agremiações em apenas 33 dentre os 73 municípios do território sergipano. Era uma disputa desigual, mas a militância do MDB não desanimava. Tal fato contribuía para aumentar os ânimos e o desejo cada vez mais aflorado de alcançar as mudanças na ordem social e imprimir, nos cidadãos sergipanos, a vontade de enfrentar as repressões e estimular a coragem de lutar por uma vida melhor e de igualdade social.

Com isso, os sergipanos procuravam participar desses ideários de liberdade nos espaços que abriam lacunas de conquista, reivindicando oportunidades para todos, fim da recessão, eleições diretas em todos os níveis de poder e garantias dos direitos humanos, mas prioritariamente a instauração de uma constituinte para os trabalhos de reforma da Constituição Nacional.

Os 21 anos de dominação dos militares interromperam o processo da democracia política do Brasil, pretendido pelas forças de oposição; por outro lado, favoreceu as forças convergentes da chamada direita, constituída por moderados e pelos da linha dura. Essas forças se confrontavam nos bastidores, sendo que os moderados, por seus jogos de interesses, neutralizaram a linha dura e iniciaram o período da distensão no governo do general Ernesto Geisel, presidente que esteve no poder de 1974 a 1979.

Outros fatores também contribuíram para acelerar o processo de redemocratização: em São Paulo, a morte do jornalista Vladimir Herzog (1975), em

duvidosa situação de suicídio; o crescente fortalecimento do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em todo o país; as greves dos operários, principalmente a dos metalúrgicos em 1978 em São Bernardo do Campo, sob a liderança de Lula, hoje Presidente da República; a pressão internacional, a inflação etc. Os militares procuravam controlar o processo de retorno ao estado de direito democrático. Entretanto o jogo político dificultou a sua continuidade.

O governo do general João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979 a 1985) responsabilizou-se pela gradativa transição democrática. Um dos aspectos políticos mais importantes foram as eleições para Governador, em 1982, ato que despertou muita esperança para a sociedade, apesar de Sergipe não eleger um candidato da oposição; em contrapartida, no Brasil, foram eleitos dez candidatos de oposição. Isso, segundo Dantas (2004), teve grande importância política e econômica, porque fortaleceu os grupos mudancistas.

A emenda à Constituição Federal do Deputado Dante de Oliveira (Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB), em 1984, veio agregar fatores no sentido de impulsionar a instauração da nova República, tendo como objetivo reabrir as eleições diretas para Presidente da República. Aqueceu-se a vontade popular para a sua aprovação. Isso contou com o apoio da nova sociedade civil que vinha se engajando na luta pela democracia, contando também com o respaldo dos governadores oposicionistas. Isso gerou grandes movimentos e aglomerações de brasileiros em torno da campanha pelas eleições diretas para todas as esferas políticas.

Esta emenda foi derrotada no Congresso Nacional, estabelecendo-se um processo de crise nos partidos majoritários, ampliando a luta pelas Diretas. Dantas (2004, p. 228) afirma:

Enormes multidões voltaram a encher as praças de várias cidades, superando, em alguns casos, as manifestações das Diretas. Em Aracaju, um público estimado entre 50 a 60 mil pessoas participou do acontecimento apoteótico, quando as expectativas de mudança se exacerbavam.

Nesse contexto político e social já não seria viável a manutenção da ditadura, devendo, portanto, antecipar o processo da abertura política. Dois fatores contribuíram para acelerar esse processo: a revogação do AI-5 em 1974 e a declaração da Anistia.

Apesar de toda repressão, aos poucos, o povo foi conquistando os espaços institucionais. Em Sergipe, a exemplo do que ocorreu em todo país, ganharam fôlego os movimentos dos professores, estudantes, bancários, petroleiros, mineiros e dos trabalhadores rurais. Ao se engajarem nesses movimentos, os novos agentes perceberam, na ampliação política destes espaços, um leque de possibilidades para extrapolar os limites da categoria e promover profundas transformações na sociedade. Nesse contexto emergiram personagens como Marcelo Déda e Edvaldo Nogueira – ambos do movimento estudantil, Ana Lúcia Vieira Menezes – movimento dos professores, Conceição Vieira – movimento dos trabalhadores rurais, João Francisco dos Santos - Chico Buchinho – movimento dos bancários e José Eduardo Dutra, do movimento dos petroleiros e mineiros, lideranças emergentes dos movimentos sociais nascidos da resistência ao regime autoritário.

Além dos acima citados, é de fundamental importância ressaltar diversas figuras que muito contribuíram para a efetivação da transição do processo democrático em Sergipe, como a do ex-vereador Antonio Góis (Goisinho), um dos primeiros militantes da ala jovem do MDB, engajado no movimento universitário, atuante sindicalista dos sindicatos dos bancários e mais um fundador do Partido dos Trabalhadores, que por ocasião dos 40 anos do Movimento Militar de 1964, declarou em depoimento na Câmara de Vereadores da capital sergipana:

Temos que lembrar essa experiência para que outra vez ela não venha a se repetir. Se não tivermos um legislativo que realmente venha a respeitar a democracia neste país, tudo indica que o capital nacional e o internacional, quando não mais tiverem lucros suficientes, irão apoiar qualquer regime que lhes sirva, seja o da democracia burguesa, seja o da ditadura militar ou da civil. É preciso que os parlamentos venham a respeitar a legislação deste país e não o oportunismo, como aconteceu em 64. (GOISINHO, 2004, p.1)

Sob a ótica do ex-vereador, a justificativa dos militares para deflagração do golpe residiu no fato de as forças da esquerda brasileira desejarem implantar o regime comunista no Brasil, ainda que nessa época, não existisse essa possibilidade, devido à falta de uma correlação de forças suficientes para se transformar a sociedade brasileira numa sociedade comunista.

Outra figura de destaque entre tantas, com características semelhantes geradas nos movimentos sociais, é a de Augusto dos Santos⁵, militante ativista desde o movimento estudantil, foi presidente do Sindicato dos Bancários, membro da Central Única dos Trabalhadores - CUT e fundador do Partido dos Trabalhadores; apesar de não ter exercido cargo eletivo, assumiu diversas funções no governo atual. Em entrevista concedida a esta pesquisadora em 22 de julho de 2009, Augusto dos Santos revela sua posição sobre o período do regime militar: “a sociedade já vinha participando de várias manifestações contra a ditadura militar durante a década de 70 do século passado. Essas lutas aconteceram com as denúncias, internacionalmente, contra as torturas nos cárceres militares, as passeatas pelos direitos civis, movimento pela anistia e outros. Essa foi a década em que os militares mais endureceram a perseguição contra a sociedade civil e os movimentos sociais, especialmente no Governo Médici”. Essa visão era compartilhada por todos do grupo que entendiam o regime militar como o pior e a mais severa forma de governar.

A partir daí, Augusto dos Santos relembra que a mobilização dos metalúrgicos em São Bernardo do Campo, em São Paulo, nos anos 80, e os movimentos sociais, tomaram uma dimensão maior; o que resultou na necessidade de criação de um partido de bases populares: o Partido dos Trabalhadores. E ainda “diferentemente dos partidos de esquerda vinculados normalmente pela esquerda mundial, eram criados pela tradição dos partidos comunistas mundiais”. Isso mostra que, com a legalização partidária, vários partidos surgiram da movimentação da sociedade civil organizada. Como consequência disso, Santos informa que “pela primeira vez na história foi criada uma central sindical, a CUT, que mesmo sem

⁵ Nascido em 21 de julho de 1954. Funcionário do Banco do Brasil. Ex-presidente do Sindicato dos Bancários de Sergipe, membro fundador do PT e da CUT local e nacional, assumiu diversas funções no municipal e estadual de Marcelo Déda.

reconhecimento de direito, foi decisiva para criar uma nova cultura de organização sindical, livre, democrática e de massa, organizada pela base; a criação do MST foi outro importante movimento de organização dos trabalhadores rurais, que tem sido ao longo do tempo importante instrumento de luta e resistência, no firme propósito de assegurar ao trabalhador rural terra para produzir e resistir”.

É neste contexto que diversos agentes institucionais, que hoje ocupam lugar de predominância no cenário político sergipano, começaram sua atuação política nos movimentos sociais que representaram, na época, a reconstituição do papel de ator político na sociedade sergipana. No nordeste, o estado de Sergipe se destaca como progressista e alcança uma expressiva participação nos diversos níveis do legislativo.

Em março de 1985, a ARENA havia se transformado em Partido Democrático Social – PDS, surgido em dissidência, no Colégio Eleitoral, que resultaria no Partido da Frente Liberal - PFL, atual Partido Democrata - DEM. Neste contexto, ocorre a sucessão, ou seja, a troca, no governo brasileiro, dos militares para o governo dos políticos civis, resultado da mobilização dos segmentos organizados e dos partidos de esquerda que se sensibilizaram e ampliaram suas alianças com outras frentes, objetivando garantir a construção da tão sonhada Nova República. Dantas (2002, p.15-16) comenta a dinâmica:

O Partido Democrático Social (PDS), que respaldava o regime militar, cindiu-se perdendo vários dos seus quadros mais representativos que se organizaram na *Frente Liberal*. Os membros dessa nova agremiação juntaram-se aos membros do PMDB e formaram a Aliança Democrática para respaldar a candidatura de Tancredo Neves.

Podemos também concluir dessa afirmação que estratégias como essas não só favoreciam a vitória eleitoral do candidato da oposição, como também acentuavam o avanço das mudanças políticas que estávamos esperando acontecer no país. Neste sentido, os movimentos sociais se somam na mobilização da concretude desse ato. Acreditavam que assim caminhava o processo democratizante.

O movimento das Diretas Já representou a saída do cidadão brasileiro às ruas no resgate da democracia, conseguindo atrair milhões de pessoas que exigiam

a retomada do voto popular para presidente da República. O Brasil estava em ebulição; a atmosfera política, eletrizada. Apesar disso, o povo brasileiro, representado por alguns parlamentares, não conseguiu seu intento na primeira tentativa, isso porque a emenda constitucional que previa as eleições não passou. Entretanto a oposição elegeu por forma indireta um civil. Esse resultado com certeza significou a construção de um país respaldada na participação popular. Finalmente as eleições presidenciais livres e diretas tornam-se efetivas em 1989.

Consideramos então que Tancredo Neves conseguiu unir provisoriamente as forças divergentes da esquerda e as da direita num só palanque. Quando se aproximava a concretização da transição, ocorre a morte de Tancredo Neves. Para administrar o país da Nova República, assume o vice-presidente José Ribamar Ferreira de Araújo Sarney.

Na mobilização dos sindicatos na campanha das Diretas Já, diversas entidades sindicais lideradas também pela Central Única dos Trabalhadores – CUT faziam manifestações em apoio à campanha.



Figura 3: Na praça das Diretas Já 25 de janeiro de 1984 na Praça da Sé. Fonte: Sindicato dos Bancários-CUT.

Os sindicatos se encontravam imbuídos de determinação na construção do grande movimento das Diretas Já, que significava a reconquista do direito ao voto

na escolha do comando do país. Até as cores das roupas para a campanha sinalizavam as cores brasileiras. Eles organizavam comitês pró-diretas nos bancos, nas empresas, nas fábricas, em diversos espaços de atuação popular, como indica a figura 3.

Sergipe também sentiu os reflexos dessa nova ordem estabelecida, com a perda do presidente Tancredo Neves, não empossado e assiste ao risco de ocorrer um retrocesso, uma vez que os setores políticos mais ajustados à ordem conservadora queriam desestabilizar a redemocratização e manter a ditadura. Prossegue na sociedade a expectativa, muito embora sem confiança no sucesso do novo governo, que oriundo do antigo regime, vem assumir o país com as bases preparadas para executar o processo de retorno ao estado de direito democrático. Logicamente com pouca legitimidade e credibilidade, consegue adotar algumas medidas democratizantes a fim de completar o ciclo da transição política.

Em Sergipe, é eleito o ex-prefeito de Aracaju João Alves Filho, assumindo, em 1983, o governo do Estado. Com a sua vitória, derrota o grupo de Augusto Franco. Naquele contexto, demonstrava autonomia de ação frente a tal grupo. Apesar do respaldo popular nas eleições, não dispunha João Alves de mecanismos democráticos, no trato com outras correntes sociais, pois ainda se mantinha fechado à participação de novos agentes sociais e à sociedade civil; pela sua origem de grupo conservador, sempre se manteve como adversário político das esquerdas e com indícios de perseguição ideológica e política a esta ala da sociedade.

Com o pacto realizado pelo PMDB com o então governador João Alves Filho, a prefeitura de Aracaju passou a compor seu governo, e em 30 de Maio de 1985 o deputado José Carlos Teixeira assume como prefeito biônico por sete meses até a chegada do novo executivo municipal:

Filiando-se à ala dissidente do PFL, João Alves Filho se aliou ao PMDB, realizando uma coalizão nos moldes da que levou à vitória o presidente Tancredo Neves. Ainda que na condição de prefeito "biônico", a ascensão de José Carlos Teixeira ao executivo municipal sinalizava uma nova configuração política e para isso o prefeito investiu em ações capazes de conquistar uma base eleitoral. (NUNES, 2000, p. 35).

Nesta perspectiva, José Carlos Teixeira compõe o governo municipal com secretários da administração anterior e com outros nomes de peso na política,

visando à preparação das bases políticas na sucessão municipal. Dessa forma costurou um acordo político com as forças convergentes de João Alves Filho para eleger o então deputado federal Jackson Barreto, político atuante, processado pelo regime militar, integrante assíduo do PMDB e grande liderança sergipana (Dantas, 2002).

A maneira como eram feitos os conchavos dos dois grupos dominantes desta época, como diz Figueiredo (1996), citando o acordo do PFL e o PMDB quando João Alves Filho manda para a Assembleia Legislativa, em maio de 1985, a proposta do nome de José Carlos Teixeira (PMDB) para Prefeito de Aracaju, para alguns integrantes do partido e para Augusto Franco se constituiu uma traição, porque:

Eleito Governador, em 15/11/1982 João Alves Filho, nos termos do acordo feito com Augusto Franco, conserva Heráclito Rollemberg como Prefeito de Aracaju. Agora João Alves Filho trai Augusto Franco e se alia a José Carlos Teixeira e Jackson Barreto de Lima, inimigos da véspera. (FIGUEIREDO, 1996, p. 194).

Na visão de Figueiredo, confundia-se quem se constituía governo ou oposição; neste ambiente político não se diferenciava o político de convicção, pois João Alves sequer avisou a Heráclito Rollemberg que ele não seria mais o prefeito. Esse fato vem ilustrar as artimanhas que esses grupos tramavam para se fortalecer no poder.

É neste emaranhado contexto que afloram as novas lideranças engajadas nos movimentos sindicais e estudantis, que não se limitavam apenas às reivindicações de suas categorias, mas que também atuavam pelas questões gerais da política local.

Para Dantas (2002) em agosto de 1985, com o novo sistema partidário em Sergipe, são habilitados 30 partidos para concorrer às eleições de novembro do mesmo ano. As forças políticas dos grupos do Estado foram montando suas estratégias e táticas na direção de conseguir adesão dos políticos ao discurso progressista para garantir a vitória nas eleições.

Com todos os arranjos políticos, neste mesmo ano, o Partido dos Trabalhadores - PT lança a candidatura de Marcelo Déda, que alcança o segundo lugar, fato significativo na ascensão do Partido dos Trabalhadores. Ganha as eleições para o governo municipal Jackson Barreto⁶ que deixa o legislativo federal para tomar posse na prefeitura de Aracaju. É possível ressaltar a importância de Jackson Barreto e José Carlos Teixeira⁷ na transição democrática em Sergipe. Eles propiciaram as condições de organização de entidades sociais de várias categorias e se engajaram com força na articulação das eleições para as demais esferas de poder.

Podemos considerar que foi a partir daí que se vivenciou uma consequência de explosão de movimentos sociais, acarretando a luta pelas transformações básicas e estruturais como a promulgação da Carta Magna do país, a Constituição de 1988.

Toda a efervescência propiciava a formação de lideranças políticas em Aracaju, especificamente, e em alguns municípios do Estado. Uma nova geração de agentes políticos formados nos sindicatos, na universidade, nas escolas secundárias, nas entidades culturais e nas associações de bairros começou a ganhar visibilidade e a ter relevância no cenário político da capital.

⁶ Jackson Barreto de Lima, nascido em Santa Rosa de Lima - SE, político influente no Estado; no governo municipal das eleições de 1985 foi pragmático, possuidor de grande poder de conquista da população carente. Sobre a trajetória de Jackson Barreto, ver José Ibarê Dantas (op. cit., 1997, 80 e seguintes).

⁷ Foi o Deputado Federal que assumiu Prefeitura de Aracaju em 30 de maio de 1985, como prefeito biônico, líder do PMDB. Contribuiu significativamente para a concretização das eleições de 1985.

3 EMERGÊNCIA E RECONSTRUÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM SERGIPE PÓS-80

Neste capítulo descreveremos os principais movimentos sociais que emergiram como expressão de uma nova sociedade civil no estado de Sergipe durante o processo brasileiro de transição democrática.

3.1 Movimento Estudantil Universitário

Um dos movimentos que mais contribuiu para a fomentação do debate político no mundo e especificamente no Brasil foi o movimento estudantil. Seus congressos se constituem espaços de decisões e aprovação dos projetos que regem suas atividades políticas e suas intervenções junto à sociedade. Os estudantes motivados se engajaram nos movimentos por mudança social. Melucci (1997) aponta que o jovem possui capacidade de ser mais afeito a enxergar a ampliação de possibilidades e entender que tudo pode ser conhecido, tentado, e tudo pode ser mudado. Esta predisposição favoreceu também aos jovens do século passado o engajamento na luta pela democratização.

O movimento estudantil, com a expansão da universidade brasileira, demonstrou na sua trajetória significativa participação nos projetos da sociedade. Gradativamente construiu sua hegemonia junto a outros movimentos, tanto de categorias, como de representações de gênero, éticos e ambientais. Evidentemente que passou a ocupar e configurar com força combativa mais acentuadamente no período do golpe militar. Tornaram-se despojados no empate do regime militar pelo enfrentamento e cerceamento que estes impuseram aos estudantes, nas suas sedes, prendendo muitos estudantes em congressos. Tais atos tinham como objetivo conter a luta dos estudantes, os quais reivindicavam pela ampliação de vagas, eliminação das taxas de cobranças nas universidades públicas, mais verbas e liberdades para as escolas, pela melhoria da qualidade estruturais das universidades. Segundo Buonicore (2009, p. 17):

Os estudantes foram os primeiros a se confrontarem abertamente com o regime militar. Colocaram-se contra a Lei Suplicy de Lacerda, que buscava atrelar suas entidades ao Estado Ditatorial, em plebiscito, pela União Nacional dos Estudantes, a maioria dos universitários repudiou a lei.

A atuação do movimento estudantil é marcada pela imposição de mudanças radicais na universidade brasileira no combate aos resultados gerados pelos governos militares, na conquista da radical democratização do ensino brasileiro, tais como política de acesso, universalização do ensino superior de qualidade, bem como uma política de engajamento no desenvolvimento nacional⁸.

Como característica de quase todos os movimentos, inicia com poucas pretensões políticas, apenas como agremiações interessadas na defesa e organização de sua categoria. No início do século XX, é criada a Casa do Estudante do Brasil, que durou cerca de 36 anos.

Em 1937, com o Estado Novo instalado, é fundada a União Nacional dos Estudantes (UNE), agora com maior abrangência nos estados brasileiros, mesmo com as limitações impostas na sua ação política, moral e intelectual. Neste contexto, e de acordo com Lessa e Souza (2001), o movimento estudantil sergipano integra ao movimento brasileiro.

Um marco importante foi a criação do Centro de Cultura Popular, um setor da UNE que contribuiu para a proliferação em todo país da discussão sobre a reforma universitária, somado aos Movimentos Eclesiais de Base – MEB's, criados pela teologia da libertação, ao da Juventude Universitária Católica – JUC, Juventude Operária Católica – JOC, Juventude Agrária Católica - JAC e da Juventude Estudantil Católica. Desencadeia-se, em Sergipe, grande mobilização em defesa da universidade brasileira e por justiça para todos os cidadãos. Coube à igreja a responsabilidade de liderar tal mobilização, estando à frente o D. José Vicente Távora, arcebispo que à época respondia pela arquidiocese.

O Departamento de Cultura Popular serviu como motivador de uma campanha onde os próprios acadêmicos passaram a alfabetizar as pessoas na

⁸ Cartilha da UNE, março de 2009- Projeto de Reforma Universitária dos estudantes brasileiros.

periferia da cidade, sindicatos, associações de bairros, proliferando as ideias de Paulo Freire, grande educador brasileiro, que inovou uma metodologia no processo de alfabetização para jovens e adultos, integrado a uma visão política no processo de aprender com consciência da realidade e perceber a necessidade de mudanças pelas quais o país passava.

Ressalta-se que, em 1960, o presidente da UNE, Manoel Joaquim de Barros, vem a Sergipe onde se reúne com os representantes da Faculdade Católica de Filosofia, da Escola de Serviço Social, da Faculdade de Direito, de Química e de Economia, para discutirem e mobilizarem todos os estudantes contra os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases que ameaçavam o ensino público gratuito. Os estudantes motivados realizam passeatas contando com o apoio de professores, políticos e de outras lideranças.

Em 1964, com o golpe militar, o movimento estudantil sofre uma redução e ressurgiu em 68 com características que, segundo Lessa e Souza (2001, p. 3) têm:

Um caráter espontaneísta, como movimento de massa. A ideologia de então dava conta de que era preciso manter o poder sob contestação permanente, isto é, fazendo oposição, não se subordinando às estratégias do poder oficial e principalmente representando o pensamento e os anseios das massas populares. Mesmo sob vigilância e com as atividades reduzidas a encontros culturais, os estudantes sergipanos se reúnem e discutem a situação política.

É com a promulgação do AI-5 que o movimento estudantil em Sergipe passa por um período de ações mais voltadas para eventos culturais. Dessa forma, a década de 70 tem uma ação importante, entretanto refreada pelo regime que só se refrigera com a abertura política.

Em meados de 70 e início de 80, os estudantes intensificam a luta pela falta de verbas para as universidades públicas. O Diretório Central dos Estudantes - DCE da Universidade Federal de Sergipe se filia à UNE, desencadeia uma campanha esclarecendo a população estudantil sobre a importância da UNE na defesa dos interesses da categoria.

O regime militar gerou dois tipos de reação nos jovens. Enquanto alguns estavam utilizando seu tempo ocioso com conversas “bobas”, fofocas, cuidado excessivo com o corpo e outras futilidades, outros encontravam na militância social e política, em partidos – considerados pelas forças conservadoras como de extrema esquerda – a oportunidade de concretizarem seu projeto de sociedade. Uma vez que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) se encontrava na ilegalidade, esses jovens vislumbraram no MDB um espaço de atuação política e de disseminação de seus ideários. Ocupavam seu tempo livre lendo e discutindo os panfletos e as cartilhas do Partido Comunista, ainda clandestino na época. Esses ativistas, ao centrarem suas leituras em livros como “Manifesto Comunista” e “O Capital” de Karl Marx, “O Príncipe” de Maquiavel, etc., foram assimilando hábitos e comportamentos centrados nessa literatura.

Livros acadêmicos com outras concepções teóricas eram adquiridos, como expressa Augusto dos Santos, em entrevista: “Em 1974 iniciando os estudos de nível superior em Economia, para ter conhecimento em Economia planificada, tínhamos que estudar por livros de edição portuguesa ou espanhola, que entravam clandestinamente no Brasil. É evidente que poucos estudantes tinham acesso a essa literatura. Lembro-me de que acertávamos os locais de estudo na casa de um companheiro na sexta-feira, tudo tinha que ser no mais absoluto segredo. Mas era a única forma de buscar informações naquela época”.

Convém frisar que o curso de Economia situa-se entre os cursos que muito contribuíram para a formação e atuação do jovem como cidadão esclarecido, participativo na vida política local e nacional. A partir dessa formação os jovens militantes políticos passaram a se engajar nos movimentos sociais.

Do movimento estudantil universitário, destacaremos Marcelo Déda Chagas e Edvaldo Nogueira Filho. Ambos são representativos da categoria do nosso estudo, uma vez que viveram numa mesma época, no mesmo espaço, na efervescência dos movimentos estudantis, participaram juntos na militância política estudantil no mesmo contexto, além de percorrerem a trajetória do legislativo às funções de governo, gradativamente.

3.2 Movimento Sindical – Bancários

Movimento que sinalizou grande contribuição para o processo de democratização foi o movimento sindical dos bancários. A existência dos bancários como categoria profissional organizada é registrada a partir de 1934, quando foi realizada a primeira greve geral, da qual participaram apenas oito Estados brasileiros. Como é característico de parte das entidades brasileiras, os bancários de Sergipe ainda não estavam com sua categoria organizada, participavam dos movimentos de classe através da Associação dos Empregados no Comércio de Sergipe. Foi a partir da primeira greve nacional deflagrada na cidade de São Paulo (figura 4), que os bancários sergipanos resolveram fundar a entidade representativa para defender seus direitos. Com essa decisão nasce em 14 de Julho de 1934, o Sindicato Sergipense dos Bancários. Essa mobilização foi liderada por Waldemar Piedade Cardoso, entre outros bancários envolvidos diretamente na luta pelos direitos e conquistas dos trabalhadores de estabelecimentos bancários do estado de Sergipe.



Figura 4: Manifestação em frente ao prédio do jornal A Gazeta/ São Paulo, durante a primeira greve nacional dos bancários, em 1934. Fonte: Sindicato dos Bancários – CUT.

A primeira diretoria foi provisória, composta por José Freire Pinto (presidente) e Waldemar Piedade Cardoso (secretário). Logo depois, passou a ser

chamado de Sindicato dos Bancários da Bahia pelo espírito associativo da classe bancária.

Durante muitos anos, marcou sua trajetória como sindicato semelhante às demais entidades brasileiras. Vem se destacar em 1961, quando se configuram mudanças do movimento sindical no Brasil. Segundo Hélio Pacheco (2009), um bancário sergipano aposentado, em entrevista ao jornal Resistência⁹ “reafirma que nessa década começam as lutas, as paralisações nos estados e também nacionalmente. Foi um período de avanços, como a aprovação da Lei 4.090, que consagra o décimo terceiro salário, com a criação da Confederação Nacional de Empresas de Créditos (Contec). O conjunto de conquista foi resultado da união da categoria bancária”.

O Sindicato dos Bancários, como entidade combativa, também sofreu repressão no período do regime militar, que teve a figura do interventor no sistema bancário. Nos anos 70, o movimento sindical volta a se articular e ganha expressividade regional e nacional.

Observamos ainda, no relato do sindicalista aposentado Pacheco, que “no regime militar, foram inúmeras as dificuldades dos bancários em se articularem para o crescimento do movimento sindical, porque a maioria dos funcionários dos bancos ficava receosa com a vigilância que os militares faziam aos filiados. Isso constituiu dificuldades, mas não impediu o desenvolvimento da luta pela busca das conquistas dos bancários”.

Já nos anos 80 se apresenta um processo maior de participação. Logo, a partir de 1985 o movimento ganha força, amplia o número de filiados no estado, avançando nas conquistas da categoria. Com esse respaldo, envolvem outras entidades e grande parcela da sociedade sergipana, objetivando garantir a qualificação da discussão política. Compreendemos que o maior referencial desta época foram as greves, como afirma Pacheco (2009): “O Brasil inteiro viu os bancos fecharem suas portas, e os bancários foram às ruas em protestos”. Na figura 5,

⁹ Jornal de circulação do Sindicato dos Bancários de Sergipe. Ano 2008.

podemos observar os bancários em greve, fora de suas atividades diárias dos bancos aderindo à paralisação.



Figura 5: Bancários sergipanos na greve geral de 1985. Fonte – Jornal Resistência de 26 a 1 de Setembro de 2009, nº 882 – site <http://bancariose.com.br>.

De acordo com o histórico documental do Sindicato dos Bancários de Sergipe, são bandeiras de luta a defesa dos direitos do trabalhador, do cidadão e a preocupação com os aspectos de doenças ocupacionais; tecnologia; condições de higiene no trabalho e assistência jurídica. A inserção social dos bancários foi significativa porque deles emergiram atores como Antonio Góis - o Goisinho, Augusto dos Santos, Abrão Crispim, dentre outros que contribuíram para fomentar a mobilização política. Destacaremos como representante do movimento sindical bancário sergipano o posteriormente vereador e ex- chefe do gabinete do governo estadual, João Francisco dos Santos, conhecido por Chico Buchinho.

O Sindicato dos Bancários contribuiu também para a organização de outros sindicatos em Sergipe, disponibilizando toda infraestrutura para outras categorias que estavam se reestruturando nesse período, e até mesmo às que, embora já estruturadas, dispunham de poucos recursos.

Chico Buchinho, em depoimento no dia 11 de Agosto de 2009, enfatiza que: “A gente apoiava todas as lutas sociais, aliás o sindicato era uma trincheira de luta, onde funcionava o comitê, teve um comitê muito importante que Tânia Magna

foi coordenadora; na época, não existia o MST, era coordenação de apoio para trabalhadores rurais. Um movimento do campo, que organizava a ocupação de terra, como a ocupação da Fazenda Barra da Onça, no município de Poço Redondo e Fazenda Borda da Mata, no município de Canhoba, todas no Estado de Sergipe. Os trabalhadores resolveram ocupar as terras, e a sede foi lá no Sindicato dos Bancários”.

O apoio não se limitava às entidades sindicais, mas outras agremiações recorriam ao auxílio dos sindicatos considerados fortes e organizados, tal como o Sindicato dos Bancários de Sergipe, que se fortalece a partir das greves iniciadas em 1983; intensifica-se de 1986 até 1989, um período de movimentação sindical, e vem a se estabelecer como Sindicatos de sustentação classista, tornando-se uma referência para todos os trabalhadores.

Na década de 90, temos a chegada de Fernando Collor de Melo ao governo brasileiro; como ação inicial, confisca a poupança dos brasileiros. Isso desencadeia uma necessidade de atuação imediata dos bancários, de modo que esses antecipam a campanha salarial, acarretando a realização de greves por reajustes salariais, abonos, tíquetes refeição e alimentação, bem como pela Participação nos Lucros e Resultados – PLR.

O movimento dos bancários se destaca pela capacidade de organização e por ser um dos pioneiros nas conquistas progressivas da classe. Ainda neste período foi fundada a Confederação Nacional dos Bancários – CNB, órgão que apoia as reivindicações dos bancários na busca de segurança no trabalho, garantia de plano de saúde, na melhoria das condições de trabalho, da conscientização à população brasileira de que o sistema financeiro do país deve ser um agente intermediador da constante luta pela distribuição de renda, dentre outras questões de interesse da categoria bancária.

O líder sindical Chico Buchinho, vereador (PT) e ex-chefe de governo da casa civil do governo estadual, egresso do movimento sindical dos bancários, foi selecionado para representar sua categoria na atuação política.

3.3 Movimento Sindical dos Professores

Já o movimento dos professores tem uma história de luta desde 1960, conhecida como Associação dos Professores. Com o movimento militar de 1964, todo o seu registro documental desapareceu. No final dos anos 70, foi criada a Associação de Profissionais do Magistério do Estado de Sergipe - Apmese, em 08 de setembro de 1977, limitada a pequenos grupos com ações de mera troca de apoio e favores, o que acarretava a vinculação de laços de submissão ao governo e a seus filiados.

Em 1979, surgiu um grupo de professores que percebiam a necessidade de a entidade desenvolver ações que pudessem esclarecer e conscientizar a categoria e lutar por melhores condições de vida e de trabalho. A frente desse grupo estava o já falecido professor Diomedes Santos Silva, e a vereadora Rosângela Santana, grande liderança política da época. O propósito da oposição à diretoria da Apmese era transformar a associação em uma entidade de classe comprometida com a luta da categoria.

Em 1984, o grupo de oposição à diretoria da Apmese liderou a primeira greve dos professores da rede estadual de Sergipe. Constituiu-se quase um movimento paralelo ao da diretoria como forma também de pressioná-la a aderir ao movimento em defesa das reivindicações da categoria. Conforme expresso no texto resgate histórico dos 30 anos da síntese (, 2009, 4):

O movimento lutava pela equiparação salarial dos professores com os demais profissionais do Executivo e a aprovação do novo Estatuto como forma de garantir as conquistas a serem obtidas. Após dois dias de manifestações, a greve termina sem que o Governo de Estado atenda qualquer reivindicação. A diretoria da APMESE, que só aderira ao movimento por pressão da categoria, se viu forçada a renunciar, causando instabilidade e desgaste para a própria entidade.

Em consequência da fragilidade da direção da Apmese, os professores, liderados também pela professora Ana Lúcia Menezes, articularam um grupo de mais de 300 professores em um movimento de resistência denominado Centro dos Profissionais de Ensino de Sergipe – Cepes, que desempenhou papel fundamental

na mudança de trajetória do movimento dos professores do Estado de Sergipe. Foi fundado em 29 de Outubro de 1986.

Foi com o Cepes que professores da rede estadual de ensino sergipana promoveram os primeiros atos de reivindicações da categoria, através de greves e passeatas que a grande maioria ousadamente se dispôs a realizar. Desde o início de sua concepção, o Centro mostrou uma preocupação com a ação coletiva, visto que nas suas assembleias, reuniões e atos públicos estavam sempre presentes representantes de outras entidades, respaldando a construção de um sindicato em defesa da classe dos trabalhadores da educação. Segundo Jesus (2006, p. 21):

Este Centro investia na formação de seus filiados, porém também lutava pelo emprego. Defendeu o ingresso na carreira do magistério através de concurso público, pois era contrário à implantação de política paternalista e de favoritismo. Buscava relacionar as ações com sua ideologia. Cobrava do governo seriedade, competência e transparência nas ações.

Nesta direção, esteve constantemente em sintonia com outras categorias viabilizando a ampliação de garantias ao conjunto dos trabalhadores e na ocupação dos espaços de participação. Os representantes dessa entidade entendiam, naquele momento, que a luta política favorecia a formação cultural dos professores e das professoras. Esses personagens saíam de ambientes exclusivos de sala de aula e doméstico para se lançarem às ruas, comparecendo em massa às assembleias de sua categoria, discutindo os destinos de sua profissão e de sua gente.

Somente em 17 de setembro de 1988, por força do II Congresso dos Profissionais do Ensino, a Apmese passa a ser Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe – Sintese. Tem como primeiro presidente o professor Luiz Hamilton Santana de Oliveira. Como sindicato passa a ser o representante direto dos professores que insatisfeitos com os encaminhamentos da direção, procuram apoio na própria categoria e fortalecem a campanha para as eleições. O grupo do Cepes se mantém ativo, mesmo com sua extinção em 1990. Seus integrantes continuaram a luta por um sindicato forte e passaram a intensificar a campanha pela direção do Sintese.

Consideramos que o Centro representou os projetos de vida, os temores e os anseios de um grupo que acreditava que a luta dos trabalhadores não se limitava apenas às reivindicações salariais, pois defendeu o compartilhamento dos direitos com a sociedade sergipana no sentido do desenvolvimento da consciência política e cultural, objetivando um exercício cidadão de grande parcela da população excluída da discussão política em Sergipe.

É com muita disputa que em 1992 a direção do então Sintese passa para o controle do grupo que ao longo do tempo vinha fazendo oposição à direção da entidade. Depois de uma conturbada campanha eleitoral, o resultado aponta 57% para a chapa vitoriosa, capitaneada pela professora Ana Lúcia Vieira de Menezes, em 16 de junho. Foi com a nova direção que o movimento dos professores ganha característica de sindicato de organização em prol dos direitos de todos os trabalhadores. A figura 6 ilustra as grandes assembleias realizadas por professores, na grande maioria mulheres, mobilizados para garantir a continuidade da organização.



Figura 6: Assembléia de professores do Estado de Sergipe: Fonte – jornal Cinform, caderno 7, 8-14 de Janeiro de 2001.

Para o movimento dos professores destacamos pela sua liderança a deputada Ana Lúcia Vieira Menezes, como expressão de maior visibilidade do movimento de magistério da rede estadual de ensino de Sergipe.

3.4 Movimento Sindical dos Petroleiros e Mineiros de Sergipe

O movimento dos petroleiros em Sergipe surge a partir do Sindicato dos Trabalhadores Químicos e Petroquímicos, que nasce em 1982, como associação. Já em 1985, no auge do processo de redemocratização do Brasil, recebe sua nova nomenclatura passando a se constituir como sindicato; no sentido de alargar seu raio de abrangência, junta-se em 1995 ao Sindicato dos Trabalhadores dos Petroleiros de Sergipe e Alagoas (Sindipetro).

Agora como sindicato, seus dirigentes propiciaram grande transformações na estrutura e na maneira de conduzir as atividades da nova entidade. Segundo Romão (2001, p. 4), foram adquiridos carros de som, equiparam o sindicato com computadores, promoveram cursos de formação, devolução do imposto sindical, reformulação de estatuto, criação do fundo de greve, dentre outras ações.

O Sindipetro foi um dos sindicatos que, depois de bem estruturado, forneceu sustentação a outros movimentos sindicais e entidades da sociedade civil que procuravam se firmar no cenário social local. Além de desencadear as lutas sindicais pelas reivindicações trabalhistas de sua categoria, concedia apoio logístico e solidariedade a todos os movimentos sociais envolvidos com a redemocratização da sociedade sergipana. Com essa postura, ajudou na reorganização e mobilização das entidades sindicais em Sergipe.

O movimento sindical dos trabalhadores do setor petrolífero e de mineração contou com o Sindimina - Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Extração Minerais; inicialmente representativo dos trabalhadores da Petromisa, posteriormente tornou-se representativo dos trabalhadores da empresa Vale do Rio Doce. Congrega trabalhadores de todo Brasil, possibilitando aos sindicalistas desenvolverem ações conjuntas e mais fortalecidas na luta por melhores condições de trabalho.

Esse sindicato foi fundado em 16 de Fevereiro de 1989, sob a égide da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e teve como base o art. 8º da Constituição Federal de 1988. Filiado à CUT desde a época de sua fundação, participa diretamente nas negociações salariais em várias empresas como sindicato majoritário, representativo de todos os trabalhadores das empresas a ele vinculadas. Tem como finalidade e continuidade da luta sindical questões como aumento salarial, piso salarial para os trabalhadores das empreiteiras, auxílio educação para os ensinos fundamental, médio e superior para empregados, aposentados e dependentes, aumento por mérito, isonomia para todos os trabalhadores do sistema Petrobras, reconhecimento da organização por local de trabalho, etc.

A entidade nasceu para combater o regime e participar de lutas. Teve papel importante no restabelecimento da democracia no país. Um sindicato que combateu os governos que defendiam as privatizações como a da Petrobrás, que em defesa da empresa, desencadeia a histórica greve de 95. Em 1999, organiza com o apoio de outras entidades sindicais, a marcha para Brasília, que ficou conhecida como a “Marcha dos cem mil”, em Brasília (figura 7).



Figura 7: Maior ato contra o governo dos últimos cinco anos impõe rediscussão da política econômica e mostra que só na ruas é possível derrotar FHC Brasília. Fonte: Informativo SURGENTE, nº 591. 1999.

Em 2001, enfrentou ainda o governo de Fernando Henrique Cardoso, pela promulgação do Decreto 3721, aumentando o limite de idade para aposentadoria, exigindo dos petroleiros a intensificação das mobilizações e ações na Justiça contra as medidas consideradas inconstitucionais. Os petroleiros foram um dos pioneiros no processo de desgaste do governo Fernando Henrique Cardoso. Em Sergipe todo

o processo foi acompanhado pelos petroleiros sergipanos, cuja atuação de luta se deu também em apoio a outras entidades sindicais, como o MST, Movimento Negro, dentre outras.

Como principal liderança que emergiu dos movimentos dos petroleiros e mineiros, temos o ex-sindicalista, ex-senador, ex-diretor da Petrobrás e ex-diretor da BR - Distribuidora, José Eduardo de Barros Dutra, que foi presidente do Sindicato dos Mineiros do Estado de Sergipe (Sindimina) no período 1989/1994.

3.5 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

Para traçar as características do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST como movimento nacional, iniciaremos focalizando o período de meados de 1950 aos anos de 1964, época de surgimento de grandes organizações rurais nos estados brasileiros, principalmente no Nordeste. Neste período emergiram as organizações camponesas, como a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – Ultab, as Ligas Camponesas – LC e o Movimento dos Agricultores Sem-Terra – Master.

No sentido de situar a influência histórica por garantia de direito à terra, despertada nas organizações ao povo nordestino, enfocamos a Liga Camponesa da Galileia, no Estado de Pernambuco, por se constituir historicamente como a mais conhecida, em função de sua capacidade de mobilização e resistência aos donos dos engenhos, a partir da qual foi possível a formação de outras ligas em vários estados do Nordeste.

As ligas tinham como finalidade despertar a consciência camponesa para a luta pela reforma agrária no Brasil. Assim organizados, os camponeses faziam resistência e realizavam as ocupações na terra. Segundo Morissawa (2008, p. 93), o lema desses camponeses era "Reforma agrária na lei ou na marra", sinalizando a urgência da reforma. Entretanto seus apoiadores, o Partido Comunista Brasileiro

(PCB) e a Igreja Católica, defendiam uma reforma gradativa, com indenização e títulos aos proprietários das terras.

Muitos foram os defensores das Ligas Camponesas, dentre eles encontramos o advogado e então deputado Francisco Julião, do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Com o regime militar, o deputado Julião e outros defensores das Ligas foram presos. Assim, sem direção, as ligas terminam se dispersando.

Destacamos a Ultab, criada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), como outra organização de grande relevância para a formação do MST, neste período. Essa organização visava coordenar as associações camponesas, no sentido de criar laços políticos entre os operários e os trabalhadores rurais. A Ultab teve repercussão em quase todos os estados do Brasil, excetuando onde existia o Master (Rio Grande do Sul) e as Ligas Camponesas (Pernambuco). Com a instalação do regime militar, a Ultab teve o mesmo fim das Ligas Camponesas.

De acordo com Morissawa (2008), o maior movimento de resistência pela terra, no Rio Grande do Sul foi o Master que cresceu com o apoio do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Ele agregou novos componentes à luta pela terra, a saber, os agricultores sem-terra, o assalariado rural, o parceiro, o peão e os pequenos proprietários. Em 1962 o Máster organizou uma forma diferente de atuação: “os acampamentos”. Morissawa (2008, p. 94) afirma que eles eram diferentes dos foreiros de Pernambuco, “que resistiam para não serem expulsos da terra; a luta dos integrantes do Master era para entrar na terra.” Neste sentido foram se diversificando os caminhos da luta pela terra, conforme a especificidade das regiões e concepções dos grupos de apoio. A descontinuidade deste movimento se deu com a derrota do PTB nas eleições de 1962, liderada pelo então governador do Rio Grande do sul, Leonel Brizola. Devemos ressaltar o tom de elasticidade que este movimento deu à caminhada pela organização das bases para o MST.

Até 1961, os sindicatos rurais não eram regulamentados. Entretanto, com a existência das grandes organizações, dos movimentos e de outros fatores como a chegada de João Goulart, neste mesmo ano, à presidência do governo brasileiro, foi regulamentada a sindicalização rural no Brasil. A partir de então se amplia o número

de sindicatos, o que acarreta a necessidade de criação das federações dos trabalhadores rurais. Diante disso, os sindicatos começam a se mobilizar na direção de suas representações.

Em julho de 1963 é realizada na cidade de Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte, no Nordeste, a primeira Convenção Brasileira de Sindicatos de Trabalhadores Rurais, a qual contou com grande participação dos sindicatos apoiados pela Igreja Católica. Dessa Convenção nasce em Dezembro do mesmo ano a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Após a instalação do regime militar, muitas das organizações dos trabalhadores rurais foram fechadas e as que restaram perderam a funcionalidade da luta pela terra.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, depois de alguns anos sem expressividade política, ressurgiu na ocasião do encontro em Cascavel/Paraná, na década de 70, com a finalidade de discutir, mobilizar e conscientizar a população sobre as questões relacionadas à Reforma Agrária, que se constitui ainda um problema histórico do país. Esse fato remarca a trajetória do movimento dos trabalhadores rurais no Brasil.

O Movimento dos Sem-Terra ganha monumento nacional (figura 8) pela sua representação em prol da reforma agrária na América Latina, dada a importância dos seus princípios para estes países. Os países da América Latina, como Guatemala, Bolívia, Venezuela, Colômbia, Peru, Equador e República Dominicana já vivenciaram situações de grandes mobilizações pela conquista da terra. Não tiveram êxito na implantação definitiva do processo da Reforma Agrária.



Figura 8: Monumento desenhado por [Oscar Niemeyer](#) dedicado ao MST. Fonte: Wikipédia, 2009.

No Brasil, este é considerado um [movimento](#) social de inspiração marxista que tem como objetivo a implantação da reforma agrária. Originou-se da aglutinação de movimentos de oposição não satisfeitos com o modelo agrário apregoadado pelo regime militar. Surge com mais vigor na década de 1970, pois tinha como finalidade priorizar a colonização de terras devolutas em regiões longínquas, com o objetivo de transferir excedentes populacionais para a realização de uma integração estratégica. Contra este modelo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST, conclama a busca e a redistribuição das terras improdutivas.

Como nossa área de interesse se destina ao Estado de Sergipe, na região do Nordeste brasileiro, enfatizamos alguns estados desta região que também tiveram significativa participação na luta pela terra. Esses movimentos se engajaram firmemente nas campanhas de conscientização do povo nordestino.

Vimos anteriormente que o surgimento de organizações vinculadas à terra – as quais evidenciavam o foco de lutas dos trabalhadores rurais em meados dos anos 50, tinha um caráter de ação de permanência na terra; após anos de luta esse foco se amplia para a posse da terra e a efetivação da reforma agrária. A luta do MST volta a se intensificar a partir 1º Congresso Nacional em 1985. Ressaltamos a grande representação do Nordeste neste evento que consolidou a articulação em

toda a região. Dessa forma, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra passa a contar com representação em todos os estados nordestinos.

Apesar de só contar com a participação de nove representantes sergipanos, a realização do 1º Congresso Nacional do MST se constituiu um marco para a formação do movimento no Estado de Sergipe; eles contribuíram para fortalecer os interesses dos trabalhadores rurais e incentivar alternativas para os conflitos existentes, principalmente nos municípios sergipanos de Propriá e Pacatuba. A partir de sua criação em Sergipe, o MST e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) passaram a apoiar as ocupações de fazendas ociosas, na região dos municípios sergipanos.

Evidentemente que com a realização do 1º Congresso Estadual em 1987, na cidade de Itabi/SE, o MST em Sergipe se fortalece e procura articulação com os movimentos ligados à terra, como os sindicatos rural e urbano, a Igreja entre outras entidades. É quando se instala a sede local, cuja finalidade maior é ampliar o número de famílias para se integrarem ao movimento.

Morissawa (2008) afirma que é na década de 90 que se acentua um grande avanço nas ocupações de áreas como a dos municípios de Nossa Senhora do Socorro, Capela, Japaratinga, Salgado, Divina Pastora, Canindé, Monte Alegre e Riachuelo. Podemos destacar a ocupação dos sem-terra na Usina de Xingó, fato de conquista dos trabalhadores.

Essas ocupações contavam com o apoio de outras entidades, como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe (Fetase), Fundações Palmares, já em 2005, etc., e até mesmo de sindicatos de outras categorias.

Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária de Sergipe – Incra/SE, no período de 1985 a 2005 foram realizadas 136 ocupações de terra, constituindo benefícios a 19.526 famílias nas regiões do Estado sergipano.

Em Sergipe, o MST tem o significado de incorporação da luta por seus embates políticos e sua origem como base organizativa. Segundo Lopes (2002, p. 8)

Os movimentos de organização de trabalhadores do campo. Antes, porém, de mostrar a importância do papel da Igreja Católica na constituição dos diferentes movimentos e organizações sociais no campo sergipano, é preciso situar no tempo o comportamento e a ação do Estado, das instituições e dos atores sociais envolvidos diretamente com a questão agrária, principalmente com respeito às formas de acesso à terra por parte de camponeses e trabalhadores rurais.

Em todo processo foi fundamental o apoio da ala da Igreja Católica vinculada à Teologia da Libertação, que exerceu fundamental papel na criação e organização das entidades representativas dos trabalhadores rurais sergipanos. Através das concepções da Teologia da Libertação se pôde dar a sustentação das lutas por espaços dos trabalhadores rurais e urbanos para garantir seus direitos e combater as injustiças sociais. Com o apoio da Igreja Católica no regime militar, sendo ela uma instituição respeitada e a única com poder para se confrontar com o regime, o movimento ganha força e avança tanto no campo como nas cidades.

O MST se constituiu um espaço de ampliação dos horizontes de várias categorias, fomentou a inserção da mulher na vida política, o ingresso do jovem nas manifestações e defesas de igualdade social, na legislação brasileira, na educação, na moradia, na forma de cooperação agrícola, dentre outras formas de participação. Portanto significou marco na formação da geração hora estudada. É neste contexto que se insere a militante Conceição Vieira, que atualmente exerce a função de Secretária de Estado da Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social do governo de Sergipe.

4 AS LIDERANÇAS QUE EXPRESSAM UMA NOVA GERAÇÃO NA POLÍTICA SERGIPANA

Sergipe tem uma área de 21.910.348 km² e 75 municípios com uma população estimada em 2007 de 1.939.426 habitantes, de acordo com dados do IBGE. Considerado o segundo menor estado do Brasil, está situado na região Nordeste. Nas décadas de 80 a 90 do século passado, como ocorreu com os demais estados brasileiros, o Estado é afetado pela crise fiscal e financeira.

Uma série de fatores sociais, culturais, econômicos e políticos foram se delineando no cenário político-eleitoral. Sergipe apresenta neste íterim um resultado modesto no desempenho de suas atividades de produção, o que vem afetar a situação social. Entretanto, o movimento sindical avança consideravelmente no sentido de alcançar mais ganhos políticos.

A existência de grande número de analfabetos, o elevado índice de pobreza, o desemprego e o subemprego não favoreciam que essa parcela da população se vinculasse a uma associação de classe, ficando à margem da capacidade de luta e de espaço de reivindicação. Havia uma necessidade de ampliação dos espaços para viabilizar o projeto de desenvolvimento democrático no sentido de equalizar as distorções sociais, econômicas, culturais e políticas no Estado. É nesse contexto que os sergipanos mais arrojados e imbuídos da crença de que a mudança era possível escolhem como palco a pequena capital, a cidade de Aracaju, que se destaca como pólo desencadeador dessas mudanças e onde se concentrava a maioria de seus atores.

Segundo os dados do IBGE (2006), o município de Aracaju tem 520.303 habitantes; atualmente conta com 10 instituições de ensino superior, com um total de 22.828 matriculados, conforme dados fornecidos pelo INEP/MEC (2006). A cidade oferece dois *shoppings-centers* que concentram atividades de comércio e lazer. No âmbito da cultura, temos os cinemas dos *shoppings*, dois grandes teatros, além de algumas casas de shows.

Entendendo que a cidade recebe influência e influencia o modo de agir e pensar das pessoas, este capítulo busca analisar a trajetória e a consolidação dessa massa crítica formada nos movimentos sociais urbanos na década de 80 que assume o poder com o propósito de romper com a “mesmice” e promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas e, por conseguinte, da cidade.

As principais lideranças que significaram a consolidação de uma nova geração de agentes organizacionais do Estado tiveram em comum o início de suas trajetórias políticas nos movimentos sociais e sindicais, que ganharam visibilidade nos anos 80 do século passado. Outro ponto em comum também reside no fato de as principais lideranças serem constituídas de jovens integrantes das agremiações políticas de esquerda – Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido Comunista do Brasil (PC do B), e no fato de terem tomado para si a responsabilidade de tornar possível a concretização dos ideais de uma sociedade aberta à discussão, à participação popular através de suas entidades representativas nos canais governamentais.

Desafiando o objeto desse trabalho, passamos a traçar algumas de características dessa liderança marcada pela vivência em comum de acontecimentos e de engajamento nas entidades civis organizadas, passando a participar com efetividade das manifestações culturais: mobilização pela Constituinte, eleição diretas, movimento grevista, movimento de reivindicações pela educação pública de qualidade, liberdade de imprensa, direito à saúde e moradia, etc. Embora a atuação possa ser identificada nessas questões pontuais, é importante lembrar que, na base, as reivindicações convergiam para a construção da transição democrática.

Os movimentos sociais respaldavam a ação coletiva e se constituíam um recurso de poder, à medida que avançavam para tomar a direção das entidades das mãos de sindicalistas meramente assistencialistas e atrelados ao Estado ou aos patrões. Nesta perspectiva as associações foram transformadas em sindicatos de classe. Greves históricas foram realizadas mostrando o poder que a classe trabalhadora demonstrava quando negava seu trabalho às empresas.

No prefácio do livro de Denise Paraná (1996), Osvaldo Coggiola ressalta a passagem da jovem classe proletária para a formação do partido político, amparando-se em Florestan Fernandes (apud , PARANÁ, 1996, p.19):

As massas buscam no PT rupturas irreversíveis, que ponham em questão todas as tarefas políticas arroladas. Os trabalhadores sindicalizados ou não, tomados como classe, estão alinhados com posições ofensivas predominantemente explosivas, dado o grau de ressentimento contra a ordem que sustentam.

Nesta direção, o movimento político vem respaldado na revolta dos trabalhadores contra todo tipo de abuso dos que detinham o poder no contexto militar, apesar da sua debilidade na formação da objetividade revolucionária. O movimento político foi o estopim para dar resposta à concretização efetiva da democracia contemporânea no Brasil. Portanto, se fazia necessário ampliar as bases de participação na esfera governamental, ou seja, no caminho institucional. Para tal, as lideranças dos movimentos dispunham de condições reais de plasmar ganhos eleitorais aos partidos aos quais estavam vinculados.

Evidentemente que os sindicatos não se constituíam em partido, entretanto sua composição contemplava figuras filiadas a diversos partidos, sobretudo de esquerda, que formavam as correntes ideológicas fomentando o exercício de correlações de forças internas e propiciando a dinâmica do ativismo político.

Não sendo suficiente a luta somente via sindicalismo, o movimento sindical vislumbrou a necessidade de ocupar outras instâncias do poder, para fazer avançarem as conquistas dos trabalhadores. Como estratégia, as candidaturas das lideranças de maior expressão política. Apesar das divergências ideológicas na forma de entender a dinâmica social e de conduzir as mudanças, o movimento sindical motivou a emergência de um grupo interessado em criar um novo partido que representasse os interesses da base popular. Paraná (1996, p. 29) apresenta a motivação para criação de um novo partido:

Ligado à defesa dos interesses da classe trabalhadora e dos marginalizados da esfera política. O PT nasce a partir da crença de que a transformação social do país só será possível se vier do povo, se tiver sua origem nas bases da sociedade. Este partido forjado no seio do movimento sindical modifica a forma tradicional de fazer política no Brasil e abala os alicerces da velha elite conservadora.

A luta pela implantação do Partido dos Trabalhadores em Sergipe contou com as lideranças envolvidas neste estudo, decisivas na construção do Partido. No documento da Assessoria de Comunicação do Governo consta a fala de Déda em relação às bases de criação do PT: “O movimento social de maior peso que apostou na construção do PT foi o Movimento Estudantil da UFS, na época, dirigido pela tendência Atuação, que tinha derrotado em duas eleições consecutivas o pessoal que articulava com a chapa Construção, vinculada ao PCB, na época”. Na afirmação de Marcelo Déda, está o referendo da participação dos estudantes como agentes de transformação.

No início de sua fundação, o PT sai como partido puro em defesa dos interesses dos trabalhadores. Na atuação da complexidade das relações em meio à dinâmica da sociedade, surgem os embates, o radicalismo extremado dos primeiros tempos que levava a julgar quase todas as alianças espúrias – purismo ideológico, do discurso proferido em nome dos trabalhadores e do povo.

4.1 Do Movimento Estudantil ao Governo de Sergipe: Marcelo Déda Chagas

Marcelo Déda Chagas nasceu em 11 de Março de 1960, na cidade de Simão Dias, no interior sergipano; família de classe média, o quinto filho e o mais novo da família. Com 13 anos de idade, seus pais Manoel Celestino Chagas e Zilda Déda mudam-se para Aracaju, para o filho estudar; passam a residir no bairro Santo Antonio. Estudou o antigo segundo grau no colégio público Atheneu Sergipense até 1979; já participante ativo do movimento secundarista desde 1974, mantinha uma forte ligação com os estudantes da Universidade Federal de Sergipe – UFS, que integravam o Diretório Central dos Estudantes – DCE da UFS. O primeiro registro de

sua militância, segundo a Secretaria de Estado da Comunicação Social (Marcelo Deda Chagas, 2009, p. 2), se dá em 1979:

O primeiro movimento reivindicatório de que Marcelo Déda participou e a primeira greve (sic) aconteceram no Colégio Atheneu em 1979, quando ele mobilizou os colegas do terceiro ano contra a compra da farda de gala no final do antigo 2º grau, período em que os alunos já estavam deixando a escola, por considerar um desperdício tal investimento só para o desfile de Sete de Setembro. A união entre sua turma e a turma da manhã culminou numa suspensão e todos foram obrigados a desfilar no dia comemorativo, mas com a farda comum.

No Atheneu Sergipense, Déda se dedicou também à cultura, tendo sido presidente do Cine Clube, e tal como muitos dos seus contemporâneos não fugiu ao estilo dos jovens de seu tempo. Influenciado pelos costumes da época, mostrava-se também interessando pela cultura da terra. Essa geração também combinava lazer com os ideais políticos, de liberdade, de dignidade e responsabilidade com o que é público. Imprimiam, nos seus entretenimentos, os símbolos que representavam os caminhos a esses ideais, na poesia, na arte, na música.

O Colégio Estadual Atheneu Sergipense e a Aliança Francesa formaram o clube de cinema e promoveram um curso de “Formação Cineclubista”, no Teatro Juca Barreto, com programação teórica e prática, com a colaboração da Universidade Federal de Sergipe, através do Centro de Cultura e Arte e da coordenação de Música e Artes Cênicas. As palestras abordavam “Aspectos do Cineclubismo” e “Movimento Cineclubista em Sergipe”, e também contaram com o apoio de professores como Djaldino Mota Moreno e Justino Alves Lima. Quanto aos programas práticos, havia aulas de Projetor, de Câmara e de Editor, tendo como colaboradores Marcelo Gentil Almeida Guedes e João Freire Amado, dentre outros. Os alunos interessados pagavam taxas de valor irrisório, mas os sócios do clube de Cinema de Sergipe e os alunos do Atheneu eram isentos das taxas. Obedeciam a critérios de 100% de frequência para a obtenção do certificado. Além do cineclubismo, nos anos 70 a 80 disseminava-se uma onda de Festival Estudantil de Música Popular, poesia e cinema. Era comum a “estudentada” do nível médio e universitário participar desses festivais.

Paralelamente a esses fatos, Marcelo Déda começa a participar da cena política sergipana em 1974, quando começa a militância no movimento estudantil

secundarista. Desde cedo sua paixão pela política já aflorava de modo que se tornava visível seu entusiasmo e carisma. Foi através dos estudantes da UFS, precisamente com membros do DCE, que participou pela primeira vez de uma reunião de formação do Partido dos Trabalhadores, no Instituto Histórico e Geográfico com figuras de destaque hoje na política sergipana: Antonio Góis, o Goisinho¹⁰, Ibarê Dantas¹¹, Josué Modesto dos Passos Sobrinho¹², Marcélio Bomfim¹³, Chico Buchinho¹⁴, Nilson Lima¹⁵ e muitos que compunham o chamado Núcleo Pró-PT. Em 1980, Déda foi aprovado em segundo lugar na Universidade Federal de Sergipe no Curso de Direito.

Elegeu-se secretário de Cultura do Diretório Acadêmico Silvio Romero da Faculdade de Direito da UFS e, logo em seguida, assume a presidência do Diretório como sucessor de Chico Buchinho.

Ele representou, no contexto, as aspirações de um grupo, liderou campanhas defendendo a extinção da Lei de Segurança Nacional em atos públicos nas ruas de Aracaju e no calçadão da Rua João Pessoa, para isso foi mobilizado um público em torno de mil pessoas entre militantes de todos os partidos de oposição, estudantes do Diretório Central da Universidade Federal de Sergipe, sindicalistas, intelectuais, representantes do Centro da Mulher sergipana, militantes de movimentos populares e representantes do jornal “Voz da Unidade”. Ainda em 1981, eram marcantes as afirmações que Déda fazia nos jornais de circulação da cidade: “Não pensamos em chegar ao poder com facilidade, mas mostraremos que os trabalhadores estão organizados e fugindo aos esquemas dos demais partidos, ou seja, surgindo de cima para baixo”¹⁶. Este, dentre outros, era o discurso preparatório para a formação do Partido dos Trabalhadores em Sergipe.

¹⁰ Conhecido por Goisinho, grande articulador das ideias, exercia muita influência sobre os jovens iniciantes na política. Ex-vereador de Aracaju.

¹¹ Grande intelectual sergipano; cientista político, mestre desta geração.

¹² Professor de Economia eleito para o cargo de reitor da UFS.

¹³ Ex- presidente do Partido dos Trabalhadores.

¹⁴ Atual vereador da Câmara Municipal de Aracaju.

¹⁵ Ex-secretário de estado da Fazenda do atual governo de Marcelo Déda.

¹⁶ Gazeta de Sergipe, jan de 1981, 3.

Em 1982, com 22 anos, Marcelo Déda participou da fundação do Partido dos Trabalhadores em Sergipe e neste mesmo ano candidatou-se a deputado estadual¹⁷, obtendo 300 votos. Perseverante, em 1984, engajou-se na campanha pelas Diretas Já¹⁸, participando intensamente da mobilização popular no Estado, fato que lhe assegurou projeção política e o colocou como virtual candidato a prefeito de Aracaju em 1985.

Conforme fontes consultadas, constituem-se características de Marcelo Déda: a posição plural, o fato de ser um grande orador, a capacidade de improviso diante de situações adversas, o carisma¹⁹, e a boa aparência.

Terminando o curso de direito em 1984, não fez curso de especialização devido à necessidade de trabalhar. Casou-se aos 21 anos de idade, constituindo assim uma família. Por isso, torna-se funcionário de cargo técnico do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - Crea, pela sua competência e capacidade.

Integrando um grupo político dotado de aporte teórico e político identificado com os princípios do socialismo, a atuação política de Marcelo Déda na divulgação dos princípios do Partido dos Trabalhadores era respaldada pela assessoria de outros “companheiros”, porém as características pessoais lhe possibilitaram expressar os anseios deste grupo.

Essa geração enfrentou muitas dificuldades, ministros e reitores radicais no período mais difícil do Brasil. Analisando e enfocando o processo de aprendizagem informal, falamos informal, porque essa maneira de aprender não fazia parte do universo educacional, referendamos então a importância que os movimentos propiciaram à formação política e cultural da geração a qual Marcelo Déda pertence.

¹⁷ Primeiras eleições dos partidos recém criados após a Lei do multipartidarismo em 1979.

¹⁸ Grandes mobilizações na Praça da Bandeira até o centro da cidade se realizavam constantemente organizadas pela CUT, partidos políticos e sindicatos.

¹⁹ Déda era tido como um líder carismático. Era a figura dele que mais atraía as pessoas, conseguia concentrar a atenção do público.

Em 1984, começa a se engajar prioritariamente como prestador de serviços às entidades ligadas aos movimentos sociais, como Central Única dos Trabalhadores (CUT), Associação Profissional dos Trabalhadores da Indústria e Minas Nacional e outros sindicatos²⁰ de Sergipe. Esse fato se destaca porque essa prática de prestar serviços se constituía nos anos pós 80, pelo menos em Aracaju, como um espaço de atuação profissional dos jovens que saíam das universidades. A essa foi a oportunidade que o jovem formado adquiriu para ingressar na sua profissão, como advogado, conciliando com os interesses de sua militância política.

Ao longo dos anos Marcelo Déda reafirma sua posição em participar das lutas populares²¹, estando presente nas manifestações de sua época. Isso se observa nos apanhados de jornais, entrevistas e em suas falas. Ressalta-se que as decisões tomadas nos encaminhamentos dos projetos políticos tinham como base o coletivo do partido ao qual estava vinculado. Analisando os fatos sociais que levaram os grupos organizados à luta pela implantação do Partido dos Trabalhadores em Sergipe, pode-se concluir que seus representantes estiveram empenhados na sua construção, uma vez que se constituiu também um partido formado pela representação de bases populares.

Assim como os demais representantes dessa geração, Marcelo Déda entendia que a classe trabalhadora poderia chegar até a esfera política de poder, mas isso só seria possível se viesse do povo, das bases da sociedade. Por essa razão, empreendia a organização do movimento sindical e dos movimentos de base. O DCE foi o início de uma militância ativa e articulada politicamente. Neste período, ele conciliava os estudos, o trabalho e a militância no movimento estudantil e a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT).

Esteve sempre envolvido com os movimentos sociais das décadas de 1980 e 1990. Apoiou os índios Xocó, em Santana dos Frades; esteve na defesa dos posseiros expulsos por fazendeiros, no movimento do bairro Coroa do Meio e na luta contra a destruição das barracas dos pescadores.

²⁰ Jornal da Cidade. 2000, pg. Variedades. C3. Acrescento como outros sindicatos: Sindicato dos bancários (bastante atuante, na época), Sindicato dos Engenheiros, Sindipetro, etc.

²¹ Gazeta de Sergipe, fevereiro e abril de 1981.

Na disputa pela prefeitura de Aracaju em 1985, Marcelo Déda concorreu com tradicionais políticos sergipanos²² e sem dinheiro para a campanha e menos ainda para produzir os programas eleitorais, adotou como estratégia apresentar programas de TV ao vivo. Segundo ele, o que poderia ser uma desvantagem acabou contribuindo para projetá-lo no cenário político sergipano. Em um dos depoimentos à imprensa, Marcelo Déda explicitou a estratégia adotada: “A lei me facultava fazer ao vivo, então pregava a bandeira com durex e estava pronto, ao vivo”. Com esta condição, diz ele, “me transformei no âncora do programa eleitoral” Dessa forma, conferiu maior visibilidade à campanha partidária.

Havia, por parte do grupo, o entendimento de que a população de Sergipe, e em particular de Aracaju, estava vivendo um momento de aprendizagem política e, comprometido em ampliar esse conhecimento, Marcelo Déda reiterava sua posição: “Eu acredito que a população quer ver uma campanha política bonita, sem maquiagem, com propósitos sérios e por isso está encontrando o partido que tem o que propor sem agressões”.²³ A objetividade e clareza de Déda, como apresentava o programa de governo do partido, atingiam não apenas os militantes e simpatizantes, mas até as pessoas que diziam não gostar de política²⁴.

Apesar de poucos recursos para a campanha e de dificuldades para consolidar o PT, Marcelo Déda, na eleição de 1985 à prefeitura da capital conquistou o segundo lugar nas urnas com aproximadamente 19 mil votos de jovens e velhos, homens e mulheres, pobres e ricos. A partir dessa eleição²⁵, Marcelo Déda começou a se projetar como fenômeno eleitoral, e os sergipanos passaram a vislumbrar na jovem liderança a ascensão de uma nova geração política no estado. Essa expressiva votação também refletiu na vontade de renovação dos aracajuanos e principalmente da geração dos anos 80 do século passado. Isso pode significar que gradativamente as características de um partido fechado foi se diluindo para um partido aberto às discursões com a sociedade.

²² Jackson Barreto (PMDB); Gilton Garcia (PDS) e Nelson Araújo (PL), entre outros.

²³ Gazeta de Sergipe, 30.10.1985 PÁG

²⁴ Gazeta de Sergipe. : 07.08.1985

²⁵ Jackson Barreto (PMDB) com 66,06 %, Marcelo Déda (PT) com 15,43%, Gilton Garcia (PDS) com 11,77% e Nelson Araújo (PL) com 1,29%.

Outras lideranças também vão se projetar nesse período, e à medida que conquistam representatividade, contribuem para a emergência de uma nova consciência política e para o fortalecimento do Partido dos Trabalhadores no Estado. Em relação à ascensão tanto de Déda como do Partido dos Trabalhadores, Santos (2009) ressalta: “É evidente que a participação dos petistas nas direções sindicais, associações, nas ONG’S, nas universidades e em todos os aspectos de debates e discussões contribuiu decisivamente no crescimento de Déda como liderança e no PT como principal partido político no campo da esquerda em nosso estado.” Nessa afirmação se evidencia o resultado do somatório das demais configurações dessa geração.

O envolvimento de outras lideranças estabeleceu a dinamização da disputa partidária em Sergipe, tornando Marcelo Déda uma referência local que posteriormente passará também a fazer parte das discussões nacionais.

Em 1986, Marcelo Déda se candidatou e foi eleito Deputado Estadual, com 32 mil votos, a maior votação já alcançada na história do parlamento sergipano. Sua candidatura contou com o apoio dos movimentos sociais, em particular dos trabalhadores ligados à Central Única dos Trabalhadores - CUT²⁶. Esse fato possibilitou que gradativamente o PT fosse se constituindo em uma alternativa viável ao poder.

Contudo, vários foram os percalços enfrentados por Marcelo Déda. No ano de 1988, candidatou-se novamente a prefeito de Aracaju, obtendo apenas 6,25% dos votos válidos, fato que se repetiu em 1990, quando concorreu a uma vaga na Assembleia Legislativa e conseguiu apenas 10% dos votos em relação àqueles que o elegeram em 1986. Nos meios de comunicação e no ambiente das entidades sindicais, a derrota foi atribuída ao fato de ele ter esquecido os movimentos sociais, dedicando-se apenas ao parlamento.

Todavia, Déda, sendo oriundo dos movimentos sociais e com todo um aparato popular, apresentava condições de enfrentar mais uma disputa política.

²⁶ A CUT aglutinava em Sergipe todos os sindicatos considerados classistas e teve importância fundamental nos movimentos populares.

Augusto dos Santos, na entrevista concedida a esse trabalho comenta: “Fruto de todo um processo que se iniciou nos anos 80 e se fortaleceu ao longo dos últimos anos, ele soube como poucos aproveitar esses momentos e foi se consolidando como liderança. Esteve sempre presente nos vários embates nesses períodos. Foi um político de um único partido, enfrentou as discussões e enfrentamentos internos. Contribuiu com os movimentos sindicais e sociais. Algumas vezes, enfrentando a truculência da polícia junto com os trabalhadores, e essa coerência foi fundamental para o reconhecimento da população”.

Em 1994 mais uma vez se candidatou a deputado federal, se elegendo com 26 mil votos²⁷. A sua notória atuação parlamentar assegurou-lhe sua reeleição com quase 83 mil votos em 1998. Já Deputado Federal atuante, ficou entre os 10 melhores parlamentares do país, segundo divulgou a Gazeta de Sergipe em 1998.

Ciente da necessidade de construir o caminho do executivo com aliados, Marcelo Déda defendia que era preciso fortalecer o partido no parlamento, o que só seria viável através de alianças com outros partidos que se assemelhavam ao seu perfil ideológico, fato que proporcionou sua chegada às instâncias deliberativas de decisões e favoreceu a consolidação e o fortalecimento no poder institucional do grupo ora vigente na política sergipana. Nesse processo, Marcelo Déda, além de se consolidar como uma referência local ganhou destaque no PT nacional.

Dentro do PT de Sergipe, que conseqüentemente recebia influência do plano nacional, a tendência que nesta época defendia a ocupação do espaço de poder chamava-se “Articulação”, da qual Déda sempre foi membro. Essas divisões internas davam caráter democrático ao partido. Era no exercício do confronto das ideias que gradativamente aprendiam as estratégias políticas. É nesse bloco que se posicionam Marcelo Déda, José Eduardo Dutra, Chico Buchinho, dentre outros.

Rosângela Santana Santos²⁸ (PT), em entrevista concedida em 27 de Agosto de 2009, relembra: “O grupo Articulação já trabalhava para fortalecer a

²⁷Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - TSE <http://www.fundaj.gov.br/docs/incom/sei-000.html>

²⁸ A vereadora Rosângela Santana Santos nasceu em 21 de janeiro de 1955. Filha de um pedreiro analfabeto e de uma dona de casa, trabalhadora que estudou até a 4ª série primária. Exerceu funções de vendedora de flores, de verduras, lavadeira de roupas e costurava para complementar a

participação nos espaços de poder não só lançando candidaturas e projetando lideranças, como a discussão no partido na construção das alianças para se conseguir algum êxito nas eleições.” Essa discussão, segundo ela, se passou há 20 anos e hoje se encontra em outro nível.

A atual vereadora se agrega a outros militantes que viveram, conviveram, foram ativistas políticos, tinham a mesma faixa de idade, foram influenciados pelas expressões públicas do contexto. Ela vê Marcelo Déda como o articulador que sempre criou junto ao grupo de tendência as condições de viabilização para o Partido chegar à ocupação do espaço de poder institucional.

No ano de 2000, Déda realizou um antigo sonho de tornar-se prefeito de Aracaju. Aparecendo nas pesquisas como um dos últimos colocados, acabou ganhando a eleição ainda no primeiro turno com 52,80%. Dantas (2004, p. 1) analisa a sua chegada à Prefeitura Municipal de Aracaju:

Ao longo dos últimos cinqüenta e nove anos, o eleitorado de Aracaju manifestou uma tendência nitidamente oposicionista, não apenas diante de candidatos a prefeito, mas também em face de todos os postulantes dependentes do voto majoritário: presidente, governador e senador. Entre as raras exceções registradas, uma delas foi a eleição de 2000, quando o então prefeito João Augusto Gama apoiou a candidatura de Marcelo Déda, que saiu vitorioso no primeiro turno.

À frente do executivo municipal, Marcelo Déda enfrentou o desafio de provar que teria atuação viável também no Executivo. Procurou imprimir uma postura diferente em relação aos estigmas da impossibilidade das esquerdas trabalharem de maneira sincronizada com os governos de direita e da falta de maturidade para assumir o cargo e conduzir os destinos da cidade. Demonstrando capacidade e habilidade política, estabeleceu interlocução com o governador Albano Franco, oposicionista ao governo municipal. Entendia Déda que o governador era inteligente o suficiente para não discriminar a capital, impossibilitando a

renda do marido. Rosângela, como filha mais velha, sempre acompanhou sua mãe nessa trajetória diária. Ingressa na escola pública aos nove anos de idade por falta de vagas. Se sente privilegiada por ter estudado na Escola de Aplicação Dr. Leandro Maciel que era laboratório do Instituto de Educação Rui Barbosa. Tem toda a vida estudantil na Escola Normal. Formada em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe – UFS e pós-graduada em Alfabetização pela Unicamp. Professora e Especialista licenciada da rede estadual de ensino e Especialista da Educação pela rede municipal.

governabilidade e que tal atitude não significaria o abandono aos princípios de partido dos trabalhadores e ao cumprimento do seu programa de campanha.

Outro desafio era o de demonstrar à sociedade aracajuana que tinha condições de cumprir os compromissos de campanha, administrando com transparência e priorizando o social. Para tanto, contou com um grupo de assessores, constituído em sua maioria por técnicos, de modo que, como assinala Dantas (2004, 28.), “enfrentou os problemas administrativos com certa eficiência. Superou a falta de apoio da Câmara de Vereadores e através da negociação foi ampliando seu arco de alianças”. Neste sentido, a proposta de participação é colocada como marca da administração municipal.

O jornalista Luiz Eduardo Costa (2000), em matéria do Jornal da Cidade, expressou o sentimento da sociedade com relação ao executivo municipal e definiu o grau de responsabilidade de Déda para corresponder à confiança nele depositada: “Da Prefeitura de Aracaju Déda terá de fazer sair o exemplo, como marca de credibilidade a justificar os cento e vinte dois mil e dezoito votos que o aracajuano, rompendo todos os cercos lhe conferiu, mais uma vez atestando a independência, consciência crítica e politização”. Com esse desafio, Déda se lança na representação do PT no governo municipal.

Em 2004, concorrendo com Susana Maria Fontes Azevedo, Jose Renato Lima Sampaio, Jorge Alberto Teles Prado, Vera Lúcia Pereira da Silva e Adelmo Alves de Macedo foi reeleito prefeito no primeiro turno com 71,3% dos votos válidos. Marcelo Déda sai com a coligação “Aracaju, Orgulho de Todos” (PT / PCB / PMN / PSB / PC do B)²⁹. Esta eleição contribuiu para ampliar seu prestígio em âmbito nacional, e foi convocado para apoiar os companheiros que concorriam ao segundo turno em outras capitais. Sobre o respaldo popular de Marcelo Déda, Dantas (2004, p.5) assim se posiciona: “Em suas caminhadas pelos bairros, Marcelo Déda

²⁹ Participaram do pleito, como candidatos a prefeito de Aracaju: contra Susana Maria Fontes Azevedo com a COLIGAÇÃO TEMPO NOVO NA POLÍTICA (PP / PSC / PPS / PFL / PRTB / PTC / PV / PT do B); Jorge Alberto Teles Prado, com a COLIGAÇÃO ARACAJU MELHOR (PMDB / PSL / PSDC / PHS); José Renato Sampaio com a COLIGAÇÃO ARACAJU UMA NOVA ESPERANÇA (PDT / PRP / PRONA); Vera Lúcia Pereira da Silva com a Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – PSTU e Adelmo Alves de Macedo, como Partido dos Aposentados da Nação – PAN (Fonte: Bonde Eleições 2004).

geralmente era recebido em festa como ídolo, evidenciando uma popularidade dificilmente superada.” Característica nos encerramentos das campanhas, havia a presença de artistas e cantores de música sertaneja nacional e local que atraíam dezenas de milhares de pessoas.

A vitória ao governo municipal já se constituía uma ameaça para tirar o governo do Estado das mãos do PFL, partido com grande liderança e muita influência no interior de Sergipe. A respeito da projeção política de Marcelo Déda, Dantas (2004, p. 11) assim analisa:

Na capital, onde sua enorme popularidade foi ratificada mais do que nunca, as aclamações entusiastas chamando-o “meu governador” vão se tornando insistentes em todas as suas aparições públicas. No interior, embora o PT disponha de uma presença muito pequena, sua popularidade se sobrepõe a quase todas vinculações partidárias. É certo que permanecem alguns resistentes caciques conservadores ou pragmáticos que continuam dispostos a evitar sua ascensão. Contudo, o conjunto dos prefeitos aliados, que venceu em quase todos os municípios mais populosos do Estado, constitui mais um respaldo estimulante. De fato, sua candidatura vai se tornando irreversível e com grandes possibilidades de vitória. Embora Marcelo Déda tenha procurado dissimular, considerando cedo tratar do assunto, os preparativos para o pleito de 2006 estão em processo.

Na disputa para o governo nas eleições de 2006 pela coligação “Sergipe vai mudar” (PT – PTB – PMDB – PL – PSB - PC do B), tendo como vice-governador Belivaldo Chagas Silva (PSB), Marcelo Déda teve cinco concorrentes: João Alves Filho, João Fontes de Faria Fernandes, Adelson Alves de Almeida, Edmilson Celestino de Barros e Stoessel Chagas Nunes. Para vencer já no primeiro turno, Marcelo Déda adotou a estratégia de colar a sua imagem a do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), candidato à reeleição. Déda se classifica como um “interlocutor do governo federal na região do Nordeste”.

No primeiro turno, além das acusações, surgiu o tema da transposição das águas do rio São Francisco. O governador João Alves Filho o criticou: “Só agora esse mauricinho, que está despencando nas pesquisas, tem a cara-de-pau de dizer que é contra a transposição, mas irei desmascarar Déda e Lula para todos os sergipanos”. Mesmo com todas as acusações, foi eleito no primeiro turno, com 52,46% dos votos, para ser governador do estado de Sergipe.

Revisitando os escritos e as notícias da Assessoria de Comunicação do governo em 10 de Setembro de 2009, encontramos na fala de Déda, a expressão do sentimento de vivenciar uma geração e com ela repaginar mais um passo na construção de um mundo, segundo ele, mais próspero:

Podemos hoje, sergipanos de um novo tempo e de um novo século, assumir o desafio de retirar as pedras do caminho e abrir novas estradas para o progresso, a paz e a prosperidade, usando com a simplicidade dos sábios, os mais singelos dos instrumentos de que o Criador nos dotou: duas mãos e o sentimento do mundo. Trecho do seu discurso de posse na Assembleia Legislativa, janeiro de 2007. (MARCELO DÉDA CHAGAS, 2007, p. 4.)

Fazendo um retorno a sua origem, nos reportamos a um poeta popular da terra, o Zezé de Boquim, em cujos versos sobre a biografia do governador Marcelo Déda afirma: “No dia onze de março de mil novecentos e sessenta. Nasceu esse cabra macho. Que é uma pedra noventa. Seu nome Marcelo Déda. Com ele é duro na queda. Ou vai, ou quebra, ou arrebenta.”

4.2 Na Trilha Política: Edvaldo Nogueira Filho

Edvaldo Nogueira Filho nasceu em 25 de janeiro de 1961, na cidade de Pão de Açúcar, município alagoano. Iniciou o curso de Medicina na Universidade Federal de Sergipe. Chegou até o quinto ano de medicina, quando iniciou a militância no movimento estudantil universitário. Desenvolveu trabalho no Hospital Cirurgia e foi membro da equipe de cirurgia cardíaca do doutor José Teles de Mendonça. Assumiu no Diretório Acadêmico dos Estudantes - DCE os cargos de secretário geral e posteriormente de presidente. Fez parte do Conselho do Ensino e de Pesquisa da UFS.

Em um de seus artigos, o jurista Cezar Britto³⁰ se refere aos comunistas e destaca Edvaldo Nogueira, já presente na luta pela concretização da redemocratização:

Acreditava-se, assim, que todos os “comunistas” eram “comunistas de carteirinha”, mesmo quando disputavam espaços distintos na política estudantil. O meu grupo de atuação, por ser libertário, nunca foi “comunista”. Dentre os “comunistas de carteirinha” que conheci no movimento estudantil, e não foram poucos, se destacava o estudante de medicina Edvaldo Nogueira, posteriormente presidente do DCE e dirigente do PC do B. A História fez do dia 31 de março, data do Golpe Militar de 1964, um dia destinado à reflexão, especialmente para que nunca seja repetido. (BRITTO, 2006, p. 1).

Edvaldo Nogueira comunista de convicção, nunca se afastou do partido, juntou-se a outros grupos de mobilização, mesmo nas divergências políticas, fortalecendo e se somando à geração de seu contexto.

Antigo filiado do Partido Comunista do Brasil (PC do B), onde tem uma trajetória de vida política, foi eleito vereador por duas vezes, em 1988 a 1992 e 1993 a 1996. Enquanto vereador assume a presidência da Comissão de Finanças, participando da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Municipal de Aracaju.

Em 1992 Edvaldo é reeleito vereador pela coligação entre PDT, PV, PC do B e PCB em uma das mais afrontosas campanhas eleitorais vistas na cidade de Aracaju. A legenda Resistência Democrática, encabeçada por Jackson Barreto, tem a vitória nas urnas e leva mais uma vez o candidato do P C do B ao segundo mandato na Câmara Municipal de Aracaju.

O primeiro mandato ocorre em função do acordo construído pelo seu partido, PC do B, em 1988, período este que Jackson Barreto renunciou à prefeitura de Aracaju. Não se deixou desanimar ou desistir da vida política, procurou grupos de apoio para estrategicamente amarrar uma aliança. Inegavelmente era detentor da solidariedade por parte das camadas periféricas da cidade e por seus amigos que se filiaram ao PSB. Formou a Frente Progressista, lançando Wellington Paixão (PSB) para prefeito e Carlos Alberto Menezes a vice-prefeito. Nessa ocasião o PC do B

³⁰ - Artigo -Eles não comem criancinhas Cezar Britto- Fundação Semear - FONTE: Cinform/Infonet - última Atualização: 16/08/2006.

que já constituía função na Prefeitura se incorpora à Frente Progressista junto ao PSDB, não obstante as dificuldades encontradas para essa incorporação, visto que não dispunham de condições de lançar candidato próprio.

O resultado das eleições de 1988 foi favorável à Frente Progressista; segundo Dantas (2002, p. 80):

Depois de renunciar à Prefeitura de Aracaju, tachado de corrupto, além de eleger o candidato majoritário por ele indicado, Jackson Barreto voltava à Câmara Municipal com a maior votação da história de Sergipe (23.988 votos), levando consigo mais sete companheiros, incluindo um do PC do B, favorecido pela legenda da Frente Progressista.

O candidato a vereador beneficiado pela frente foi Edvaldo Nogueira que assume a Câmara Municipal, desempenhando sua trajetória na legislatura. Evidentemente que forma muitas as caminhadas pela cidade de Aracaju. Em documento, Galvão (2006, p. 1) rememora:

Foi durante a primeira campanha de Edvaldo para vereador, em 1988, que conheci cada buraco de Aracaju, lugares que ainda hoje continuam ermos. Ainda tenho algumas peças daquela campanha, e rio quando vejo a ingenuidade da plataforma defendida: questões nacionais abordadas por uma campanha municipal. Em 1988 parece que se queria o impossível.

É no desempenho de suas funções como vereador que se vislumbra o amadurecimento das ações do representante do Partido Comunista do Brasil, imbuído de princípios de construção da hegemonia das forças sociais e políticas, se deparando com temas emergenciais da população local; assim, sistematiza a defesa de projetos que venham a atender as populações carentes da comunidade aracajuana.

Nas eleições de 2000 para a prefeitura da capital, depois de longa tentativa de Marcelo Déda para ampliar as bases de coligação, no sentido de garantir dividendos eleitorais, conseguem formar uma coligação. O momento político se encontrava tumultuado com a proposta de se firmar aliança com o partido de Jackson Barreto, que apesar de sua grande liderança e carisma nas camadas populares, teve seu passado maculado, embora tenha se recuperado nas urnas com as eleições de 1992. Marcelo Déda, após sérios enfrentamentos e embates

internos no partido, sai candidato com a coligação entre o PT, PC do B, PCB e PSTU sem deixar a pretensão de buscar apoio em outros políticos de grande prestígio. Edvaldo Nogueira se apresenta como ganho ao PC do B em função da ascensão dele à vice da prefeitura de Aracaju, ao lado do petista Marcelo Déda.

Em 2004, Edvaldo manteve mesma chapa com Marcelo Déda liderando. Ganham as eleições se reelegendo vice-prefeito e prefeito, respectivamente. A tática foi a candidatura de Marcelo Déda para a disputa do governo estadual, renunciando à Prefeitura. Edvaldo assumiu as funções de Prefeito da cidade. Em solenidade de posse³¹, a fala do deputado Inácio Arruda (PC do B pelo Ceará) expressa em entrevista ao Correio de Sergipe, a chegada do pc do b ao poder é analisada por Arruda:

A chegada de Edvaldo Nogueira à PMA tem grande significado para o PC do B, que em 84 anos de criação tem pela primeira vez na história um comunista assumindo a administração de uma capital brasileira. "É um momento que ficará registrado para sempre em nossa memória. Isso vai ajudar ao nosso país e a Sergipe. Ele tem a missão de mostrar a sua capacidade técnica e política de reunir as forças dos municípios e debater a continuidade de um projeto. (EDVALDO. 2006, p.2)

Edvaldo contou com o apoio dos seus correligionários que vieram prestar homenagens pela vitória dada ao Partido Comunista do Brasil, no avanço das forças de poder. Familiarizado com a Câmara em função dos dois mandatos, estreitou os laços como chefe do executivo municipal. Na ocasião, o Correio de Sergipe informa o seguinte:

O fato de ter trilhado caminhos semelhantes ao petista ajudou a manter uma harmonia entre prefeito e vice durante os cinco anos e três meses que estiveram juntos. "Aracaju deu um exemplo de lealdade e companhia", frisou Edvaldo Nogueira. Dirigindo-se ao líder da bancada de sustentação na CMA, Emanuel Nascimento (PT), o prefeito deixou claro o desejo de mantê-lo no cargo, afirmando que já estava confirmado no posto. (EDVALDO. 2006, p.1)

O companheirismo de Edvaldo com Marcelo Déda se mantém mesmo depois da separação estratégica na Prefeitura, porque o Estado e o Município continuam realizando parcerias e preservando a aliança política entre os dois partidos. Desse modo as duas esferas de poder se concentram em um só grupo.

³¹ Correio de Sergipe matéria datada de 1 de Abril de 2006 .

A consolidação de Edvaldo Nogueira como prefeito eleito acontece em 2008 com a vitória nas urnas de 51,72% dos votos válidos. Para alcançar esse resultado, foi construída uma composição diferente foi construída. Segundo Silvio Santos³².

Isso foi um processo de construção dentro do próprio Partido dos Trabalhadores. Desde o período de transição, no final de 2006, quando Marcelo Déda (PT) ainda discutia a composição do seu futuro governo, me convidou para uma conversa e falou do seu interesse para que eu participasse da administração estadual. Naquela época eu já havia assumido um compromisso com Edvaldo Nogueira, tanto que eu era secretário de governo. Eu preferi ficar na prefeitura até para que a gente pudesse consolidar algumas políticas públicas que a gente havia estabelecido desde abril de 2006, quando Edvaldo assumiu a PMA (EDVALDO, 2008, p.2).

Desse modo, Edvaldo muda de parceria na prefeitura, ganha vários adeptos para formação dos quadros na prefeitura e vai governar a cidade com o apoio do governo estadual, PT, P C do B e outros segmentos políticos. No posicionamento de Silvio Santos (2006) se manifesta visivelmente a consistência política que esse grupo chegou a atingir, mantendo a coligação de 2004, ampliada apenas com o ingresso do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB. Evidencia o poder do PT por ser o maior partido do bloco e também por ser o partido do governador do Estado, além de ter as maiores bancadas na Câmara Municipal de Aracaju e na Assembleia Legislativa.

³² Atualmente Vice-Prefeito de Edvaldo Nogueira e filiado ao Partido dos Trabalhadores. Silvio Santos do PT, Bancário. Entrevista no jornal Correio de Sergipe (2006)

4.3 Sob a Luz do Candeeiro: João Francisco dos Santos, o Chico Buchinho

João Francisco dos Santos – o Chico Buchinho, nasceu em 1954, na cidade de Aquidabã, no estado de Sergipe. Estudou na rede pública de ensino. Foi comerciário trabalhando na Livraria Monteiro, no centro de Aracaju. Aproveitou seu tempo de trabalho lendo livros e conhecendo pessoas como Chico Dantas, Bosco Mendonça, entre outros que sempre passavam pela livraria. Gradativamente foi motivado a aceitar o convite para participar das reuniões do Movimento Democrático Brasileiro. Chico³³ relembra que “na época estava no bipartidarismo ARENA e MDB, fui participar da reunião. A sala ficava no Hotel Palace. Comecei a gostar porque sempre gostei de política”. A partir daí ingressou na militância da Ala Jovem do MDB.

Em 1977, Chico é aprovado em História na UFS; como o curso era diurno, abandonou o comércio. No novo espaço, ele amplia sua atuação política: “Encontrei algumas pessoas que participavam do setor jovem; Bosco Mendonça era professor e foi quem me convidou a participar lá junto com Zé Luis que era estudante de Direito. Então no primeiro ano que entrei na Universidade, comecei a participar do DCE, em outubro do mesmo ano estava na primeira chapa para o Diretório, como segundo secretário. Ainda era calouro”.

Assim que ingressa na Universidade Federal de Sergipe Chico se junta aos militantes do movimento jovem. Logo se entrosa e começa a se dedicar às questões relacionadas ao movimento político da época. A predisposição para o engajamento do então jovem Chico já se caracteriza no início da vida acadêmica, quando começa a formação do grupo “Atuação”³⁴, a fim de movimentar o processo de contraposição ao regime militar, que não permitia a eleição direta para presidente do Diretório Central dos Estudantes. Nesta época quem elegia era o Centro Acadêmico, através de seus representantes. Afirma Buchinho (2009) “o centro acadêmico era formado de dois delegados e dois representantes do governo”.

³³ Entrevista concedida à autora deste trabalho em 11 de agosto de 2009.

³⁴ Desse grupo participaram figuras eminentes hoje tanto no poder legislativo, executivo como no judiciário, como Cezar Brito presidente da Ordem dos Advogados Brasil – OAB.

Portanto, precisavam eleger um representante dos estudantes. Para isso, lançaram a chapa Atuação ganhando as eleições para o Diretório, ainda sem a oficialização da Universidade. A partir daí, passaram seis anos no comando do movimento estudantil.

O contexto de repressão não inibiu os estudantes da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Conseguiram manter por muito tempo um presidente eleito pelos seus pares. Isso ocorreu pela benevolência do reitor Aloísio Campos que, apesar de não reconhecer o diretório acadêmico em função da situação do momento, não impediu a organização dos estudantes que continuaram com o processo de eleição. Na entrevista concedida, Chico relata: “Elegemos Clímaco César que era do Curso de Geografia, Zé Luis e César Britto do Curso de Direito. A partir daí todos foram eleitos por voto direto dos universitários. Depois desses, chegou Milson Barreto, seguido de mim que tive como vice, Déda. Já o conhecia do Centro Acadêmico do Atheneu. Foi da chapa Ação que se fundiu a nossa Atuação.” Os nomes citados por Chico se agregam aos contemporâneos da geração em foco.

A informação relatada por Buchinho indica que lideraram movimento universitário dos anos 70 na informalidade, apoiados indiretamente por alguns professores de renome como Silvério Fontes, que lecionou neste período disciplinas do Curso de História, e se dizia, segundo Buchinho, um marxista cristão. Foi por meio dele que muitos estudantes sergipanos tiveram acesso às primeiras leituras de Marx nas suas aulas de História. Fato incomum naquele tempo, entre os professores, pois dificilmente utilizavam leitura sobre os clássicos revolucionários.

Com a reorganização do DCE, os estudantes criaram grupos de estudos com a finalidade de conhecer mais as teorias marxistas e fundamentar a luta pela democratização. Dividiam-se em grupos ligados à defesa de correntes e segmentos a nível nacional. Cada chapa fazia a leitura dos textos de suas correntes. Em relação a essa situação vivenciada, Buchinho complementa: “Nossa chapa tinha relação com várias correntes do movimento estudantil, ligadas a alguns partidos clandestinos como PCBR, MR8 e PC do B. Todas as teses eram lidas, mas nunca fizemos conciliação. O nosso grupo era cortejado”. Entretanto, segundo ele, nunca

fizeram opção por nenhum partido clandestino. Afirma que era um grupo independente. O referido grupo discutia com todos e nas eleições conseguia fechar chapa.

Buchinho relembra um fato que retrata uma situação de tensão em 1978. Os estudantes foram participar da reunião da Comissão Nacional Pró-UNE para a definição do Congresso. Narra Chico: “Estava numa reunião em Belo Horizonte, na comissão do Movimento Pró-Una para definição do Congresso. Nesta reunião estávamos num último andar de um prédio. Recebemos um telefonema que tinha uma bomba. Foi na mesma época que soltaram uma bomba num jornal de Belo Horizonte. Foi um alvoroço, tivemos que sair correndo do prédio. Mas fizemos um trabalho de reconstrução do movimento em Sergipe”.

Em toda a trajetória de vivência na militância do movimento estudantil, João Francisco teve participação no Diretório Acadêmico, fez parte da Comissão Nacional dos estudantes de História e contribuiu para a realização do grande encontro nacional de estudantes de História em Fortaleza e depois em Belo Horizonte, que resultou na reconstituição das organizações por cursos.

Em 1979, inicia uma nova etapa com a reforma política partidária. Os movimentos passam a discutir os partidos políticos. Nesta direção Buchinho referenda a propositura de um grupo sobre a criação de um novo partido político: “O Centro de Estudos de Investigações Sociais funcionava acima do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Era composto por economistas, historiadores e professores. Faziam parte Antonio Góis (Goisinho), Rosalvo Alexandre, Josué Modesto, hoje reitor da UFS, dentre outros nomes. Eles se reuniam e faziam o levantamento da cesta básica. Foi a partir daí que esse grupo abriu uma discussão sobre a reforma partidária surgindo a criação de outros partidos”.

O núcleo dos universitários, desde o limiar do pluripartidarismo, aderiu ao Partido de Trabalhadores, que desde o início da década vinha contatando com o grupo do ABC paulista, inclusive com Lula, hoje presidente da República, ficando a *posteriori* responsável pela articulação da criação do Partido dos Trabalhadores – PT, no estado de Sergipe como entidade política. Isso porque a grande maioria dos

sindicatos estava atrelada ao patronato. Para romper os laços da subserviência ao patrão, se estabelecem organizações de grupos de oposição em vários sindicatos, dentre os quais o dos bancários, professores, petroleiros e outros, com o propósito de tornar o sindicalismo representativo da categoria.

A década de 80 acrescenta mais um significado à militância de Chico Buchinho. Ingressa por meio de concurso público no Banco do Estado de Sergipe. Assume o emprego no Banese em maio de 1983, em Aracaju. Nos primeiros dias de trabalho como funcionário, já participa da eleição junto à diretoria do sindicato, na função de colaborador, visto que ainda não tinha cumprido os dois anos de sindicalizado. Apoiou a chapa de oposição, composta por bancários do Banco do Brasil (Augusto dos Santos), do ex-diretor de Recursos Humanos do Banese, Silvio Santos, atual vice-prefeito de Aracaju. Vale ressaltar o papel preponderante dos movimentos de oposição sindical naquele contexto de reestruturação de todos os níveis de instâncias políticas e sociais, fato que favoreceu o surgimento de entidades que congregavam as oposições que defendiam a luta classista.

Chico entra em 1989 na diretoria do Sindicato dos Bancários de Sergipe, quando o seu grupo compõe uma chapa com alguns membros da diretoria que findava o mandato, deixando de ser oposição. Passa agora a dar maior sustentação às reivindicações de categoria, à defesa da organização de todos os trabalhadores, à intensificação da luta através da CUT.

O Sindicato dos Bancários se constituiu referência em todos os municípios do Estado, chegando a congregar em torno de oito mil bancários. Formaram grupo de oposição em diversos municípios, a saber: Nossa Senhora da Glória, Poço Redondo, Canindé e em todo o sertão sergipano. Essa situação se modificou com a automatização dos serviços bancários, diz Buchinho: “hoje talvez nem tenha três mil bancários, porque muita gente foi demitida, mais de 50% dos bancários do Brasil inteiro”.

Chico Buchinho exerceu as funções de secretário geral em duas diretorias. Nunca foi presidente eleito. Foi membro da diretoria da CUT como representante dos

bancários e se tornou militante ativo pela criação da Confederação Nacional dos Bancários - CNB/CUT. A partir de então todos os sindicatos filiados à CUT estavam vinculado à CNB/CUT. Tiveram como referência inicial o Sindicato dos Bancários de São Paulo, da Bahia e de Sergipe.

João Francisco dos Santos esteve sempre ligado às questões culturais. Grande admirador da arte, fez seu caminho político nas veredas dos projetos que propiciavam o lazer descontraído, entretanto politizado. Discutiam as estratégias para avançar e conseqüentemente fortaleciam os laços de companheirismo. Grande número de bancários, professores, estudantes, mineiros, petroleiros e outros sindicalistas de diversas entidades conheceram e frequentaram as noitadas do Forró do Candeeiro na sede dos bancários. Os bancários bebiam a cervejinha e o tira-gosto mais barato e pagavam no final do mês quando recebiam o salário, ao tempo em que se embebiavam de informações atualizadas sobre as conquistas e lutas da categoria. Chico referenda: “o forró do candeeiro era um forró que fazíamos, convidávamos toda a categoria bancária e outras categorias também e ainda hoje é assim, apagavam-se as luzes e tudo era só candeeiro. Comprávamos aqueles candeeiros grandes no mercado, decorava a rigor. Sanfoneiro tocando à luz de só candeeiro. Ainda hoje tem o forró do candeeiro”.

Além do Projeto Forró, o sindicato, através de sua Secretaria de Cultura, cujo diretor era Chico Buchinho, propiciava outros projetos como a “Sexta Cultural”. Ele entende que era uma forma de manter a proximidade com a categoria que comparecia atraída pelo prazer de desfrutar de música ao vivo, quebrando as tensões da semana e do trabalho estressante. Nos espaços culturais se proliferavam as campanhas de conscientização para as mudanças nos encaminhamentos das políticas dos governos e nas várias esferas do poder.

Não se distinguia movimento sindical de partido político, especialmente dos trabalhadores nos anos pós-80 do século passado, visto que seus fundadores estavam comprometidos concomitantemente com a reorganização das entidades classistas e as estratégias de fazer avançar a representação partidária no âmbito do poder local e nacional. Os fatos não se distanciam entre si, estão entrelaçados nas relações econômicas, sociais, políticas e culturais na dinâmica da sociedade. Isso se

ilumina no depoimento de Buchinho: “nós sempre tivemos acesso ao Partido dos Trabalhadores – PT, nós fizemos o Partido. Esse grupo que entrou no sindicato veio do movimento estudantil, sempre tivemos uma perna no partido, quer dizer, sempre participava. Mas isso não quer dizer que o sindicato tinha que apoiar o partido. Nós sempre soubemos definir bem. O sindicato era o sindicato, instância da categoria. Mas como militante político tinha o nosso partido político, esse sempre foi o PT”.

Entre bancários emergiram outras lideranças como Silvio Santos, hoje vice-prefeito de Aracaju, Abraão Crispim, presidente do sindicato e ex-vereador, apoiado pela categoria dos bancários e por membros do próprio sindicato; ambos foram também dirigentes do PT sergipano.

Quando Déda foi eleito deputado estadual em 1986, Chico passa a ser seu assessor durante dois anos. Foi presidente do PT se afastando um pouco do movimento sindical, sem, entretanto, se distanciar da discussão política. Após os dois anos de assessoria, volta ao sindicato. Com a vitória de Déda para o legislativo federal, segue com ele para Brasília. Segundo o próprio Chico: “lá trabalhei como chefe de gabinete morando em Brasília, durante quatro anos. Em 2000, Déda se candidatou a prefeito de Aracaju e ganhou. Logo fui assumir a Presidência da Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Esportes da Prefeitura de Aracaju (Funcaju), durante o período de 2001 a 2002”. A predisposição de Buchinho ao trabalho voltado à cultura se evidencia na sua fala: “sempre tive essa veia cultural dentro de uma visão política. Quando Déda ganhou a prefeitura, o meu primeiro espaço foi a Fundação Municipal de Cultura. Sempre tive amor à poesia. Também escrevo nas horas vagas. O teatro, a música, eu gosto muito de participar, assisto, fiz sete anos de teatro. Antes de entrar na universidade, fiz parte do grupo regional e arte cênica amadorística Castro Alves.

Em 2002 se descompatibiliza da função na Funcaju, com pretensões de candidatar-se a deputado federal. Porém, no seu grupo político existia outro companheiro pleiteando tal candidatura. Em discussão com o grupo, Chico abre mão de sua candidatura, uma vez que perderia a possibilidade de eleger pelo menos um federal pelo PT. Chico rememora: “naquela reunião histórica de 08 de julho de

2002, dia da emancipação política de Sergipe, eu pretendia a candidatura de deputado federal, me transformei em coordenador da campanha de Zé Eduardo a senador”.

Chico Buchinho resolveu se credenciar candidato a vereador em 2004, com anuência de seu grupo. Nesse pleito a aliança do PT conseguiu eleger cinco vereadores, e ele ficou na suplência. Em 2006, nas eleições para governador, deputado federal e estadual, o PT elege o vereador Iran Barbosa e a vereadora Conceição Vieira, respectivamente como deputado federal e deputada estadual, dentre outros da coligação. Diante das vagas surgidas pelo afastamento dos vereadores para assumirem seus respectivos mandatos, Chico Buchinho assume a Câmara Municipal durante dois anos. Atualmente está no segundo mandato de vereador. Na entrevista concedida em 11 de Agosto de 2009, diz: “também em 2008 assumimos o segundo mandato, fiquei na primeira suplência, elegemos cinco do PT e um do PC do B. Assumi a Câmara de Vereadores novamente, em função de que Carla foi assumir a Secretaria de Governo, então agora é um novo mandato e temos pautado esse nosso mandato em dois pontos básicos, dois eixos de ação: um é a cultura e o outro, o meio ambiente”.

Um aspecto observado nos depoimentos do vereador Chico Buchinho, é sua fidelidade ao Partido dos Trabalhadores, que pode ser identificada pelo fato de usar a primeira pessoa do plural, o “nós”, o “nosso”, ou seja, o coletivo. Isso denota um vínculo muito forte com sua tendência partidária, a Articulação. Focado na cultura, ele cria junto a outros companheiros a Secretaria Nacional da Cultura do PT. Outro aspecto a considerar são os projetos que ultimamente vem defendendo, no que diz respeito ao meio ambiente. Considera que o homem precisa defender a vida, entende que todos os cidadãos devem ter nas entranhas a defesa da ecologia e afirma que “preservar a natureza é preservar a nossa própria vida, penso que o homem está dando um tiro no pé, à medida que estamos vendo o que vem acontecendo com o clima, as chuvas e a água.” Dessa maneira está centrado tanto na cultura como no meio ambiente, evidentemente que sua ação como vereador não se restringe aos dois focos.

Na tribuna discute tudo que seja interesse da população aracajuana. Ultimamente vem discutindo sobre moto-táxi, plano diretor, etc. Fica claro que um parlamentar precisa ter um domínio localizado em um determinado objeto, para atuar com maior segurança e realizar com êxito seu projeto. Neste particular Chico diz: “é impossível dominar todos assuntos ligados às questões sociais, à saúde, à educação. Fui professor, ensinei na Cenec, na Universidade Federal como professor substituto, ensinei também na Universidade Tiradentes e ministrei aulas em diversos cursinhos”.

Descreve o transcurso dos projetos dentro da Câmara, até a chegada a plenária para mostrar a atuação dos vereadores. Neste aspecto Chico explicita: “nossa atuação tem sido aquela de apoio aos movimentos sociais, mas com responsabilidade de sermos governo, mas que às vezes podemos cair em contradição”. O interesse em relação às questões da cidade, aos problemas e às dificuldades não significa abrir mão do apoio movimentos sociais de reivindicação.

Na ascensão de Chico Buchinho aos cargos eletivos e aos cargos de governo, as duas funções ocorrem quase simultaneamente. É iniciada com a chegada de Marcelo Déda ao governo municipal. Foi secretário no mandato dos governos municipal e estadual. Companheiro e amigo, sempre disposto para o trabalho, não mais de militância, mas de co-gestor de governo. Auxiliar do governo nas várias esferas, ainda está muito presente a ideia de fazer realizar o projeto coletivo, com ações baseadas no planejamento, usando a criatividade para garantir a linha geral do governo Marcelo Déda.

Atualmente João Francisco dos Santos exerce a função eletiva de vereador na Câmara Municipal de Aracaju até o mandato de 2011. Continua membro do Diretório do Partido dos Trabalhadores – PT. Com a veia cultural e o viés político, Chico vem traçando sua vida política; onde quer que esteja leva a arte e continua com o trabalho de valorização da cultura sergipana em apoio às raízes do povo nordestino.

4.4 Do Sindicalismo ao Parlamento: Ana Lúcia Vieira Menezes

Ana Lúcia Vieira Menezes nasceu em 1944, na cidade de Aracaju. Estudou na Universidade Federal de Sergipe, cursou licenciatura plena em Pedagogia com habilitação em Supervisão Escolar e fez pós-graduação na Universidade de Campinas – Unicamp, em Alfabetização. É pós-graduada também em Administração e Planejamento de Sistema Educacional pela Fundação Getúlio Vargas.

Já como professora da educação básica na Secretaria de Educação do Estado, milita no movimento dos professores fazendo oposição à diretoria da antiga Associação dos Professores do Estado de Sergipe (Apmese). Empenha-se na luta para reorganização da categoria dos professores. Em 1986 lidera um grupo de professores, criando o Centro dos Profissionais de Ensino de Sergipe (Cepes) que, segundo informativo do atual Sintese, teve como objetivo a retomada:

[...] da luta do magistério a partir de uma perspectiva classista, aliando reivindicações à formação através de estudos e debates sobre a prática pedagógica da rede pública do Estado de Sergipe. Os educadores reunidos no Cepes são os mesmos que historicamente se opuseram às sucessivas diretorias da Apmese. Apesar de todas as dificuldades enfrentadas pela entidade, o Centro contribuiu para um salto visível de qualidade nas ações de luta da categoria. (RESGATE HISTÓRICO, 2009, P.1)

Constituiu-se uma entidade de grande poder de articulação dos professores em diversos municípios do estado. Foi um período de movimentação e sustentação de greve em prol de melhores condições de trabalho e da melhoria do ensino público. No tocante ao Cepes, foi criado para fazer oposição à diretoria da Apmese. Segundo Graça (2009), a entidade sofre um esvaziamento em função do deslocamento de muitos professores para a rede municipal de ensino, quando o então prefeito municipal Jackson Barreto realiza em 1986 o concurso público municipal.

Relacionando a contemporaneidade dos agentes dessa geração, Chico Buchinho, na entrevista concedida, se refere ao Centro dos Profissionais de Ensino de Sergipe - Cepes, como uma entidade liderada pela professora Ana Lúcia

Menezes, hoje deputada estadual. Segundo ele, a princípio a sede dessa entidade foi no Sindicato dos Bancários: “o Cepes foi um racha da Associação dos Professores do Estado de Sergipe – Apemese. Tinha como liderança a professora Ana Lúcia. Embora, o professor e companheiro Diomedes Santos Silva, já falecido, ele teve uma significativa contribuição no movimento dos professores. Transitava na organização e na defesa de que todos os sindicatos deveriam se tornar classistas. Ajudou muito na eleição dos bancários de 1986”.

Ana Lúcia liderava o movimento dos professores da rede estadual de ensino. Parte desses professores foi aprovada na rede municipal, passando imediatamente a sindicalizar-se na Associação dos Professores de Aracaju –Apema. Com essa migração o Cepes ficou enfraquecido e não perdurou por muito tempo. Em função dessa migração, a luta pela presidência da Apemese volta a se fortalecer. Anos depois, quando o Cepes se dissolve, Ana Lúcia assume a direção do Sindicato dos Trabalhadores da Educação no Ensino de 1º e 2º Graus da Rede Oficial do Estado de Sergipe, com a sigla Sintese. Na direção do Sindicato, Ana desencadeia um processo de reestruturação da entidade e deflagra uma campanha de filiação. Outra preocupação da nova direção foi envolver outras categorias e segmentos da sociedade na defesa de uma escola pública de qualidade, melhorar os salários e lutar por políticas educacionais que atendessem aos interesses do povo brasileiro.

Em função do seu passado de quase três décadas como professora de séries iniciais, sua postura professoral é evidenciada nos encaminhamentos e na condução das ações dos movimentos que liderava. Todos a seguiam por entender naquele contexto que o momento era de luta. O movimento por ela liderado organizava caminhadas pelas ruas do centro da cidade de Aracaju, pelos bairros e suas adjacências, esclarecendo à população da necessidade de reivindicar condições de melhoria da escola pública. As exaustivas greves desprendiam energia e persistência, principalmente das lideranças, nas mesas de negociações, levando semanas inteiras em assembleias, discussões e mobilização da categoria.

Um fato que vale relembrar na trajetória de luta de Ana Lúcia foi a greve de fome que ela fez para pressionar o governador da época, Albano Franco. Num trecho escrito por Menezes (2008) do acervo do Sintese, ressaltamos uma frase que

expressa o sentimento de determinação de Ana: “Sei que vocês acompanham nossa história de luta. Em todos os espaços que ocupamos temos implantado nossas marcas: muito trabalho, compromisso com os trabalhadores, competência, seriedade e transparência em nossas ações”. A tônica dos anos 80 era fazer oposição às agremiações com direções chamadas “pelegas”³⁵ para criar novas perspectivas, novos projetos para a sociedade e para os sindicatos. Essa propositura não estava dissociada de uma correlação indistinta entre os intentos dos sindicatos classistas e do partido político, visto que era no partido que se realizavam os fóruns de discussões.

No Partido dos Trabalhadores, eram organizadas as campanhas de venda do material de divulgação e propaganda do PT; seus militantes realizavam as incansáveis passeatas, os comícios com os artistas da terra, ocupavam as praças, os bairros, num clima de movimentação democrática. As bandeiras do PT, esvoaçando nas ruas, nas mãos de seus militantes que confiantes desfilavam lideravam por grandes lideranças como a professora Ana Lúcia, pelo professor Diomedes Silva, já falecido – grande mestre, uma figura humana sem igual, tinha no sangue a garra em defesa da classe trabalhadora. A contribuição de Ana Lúcia foi inegável aos movimentos sociais em Sergipe e ao Partido dos Trabalhadores o qual defendia ferrenhamente.

A vereadora Rosangela Santana (PT) que nos foi concedida em 28 de Agosto de 2009 ressalta as duas lideranças quando afirma: “é verdade que fiz parte dos movimentos dos professores do estado. Naquele momento entendíamos que a Apmese era conservadora, não atendia aos interesses e objetivos daquela conjuntura. Foi lá que conheci lideranças como a professora Ana Lúcia, professor Diomedes dentre outros. Eles já exerciam um papel muito forte na liderança do movimento. Eu era apenas um aprendiz”.

No PT, Ana Lúcia sempre marcou forte presença na defesa de sua tendência partidária, argumentando e contra-argumentando seu entendimento na direção de atingir os objetivos da categoria dos profissionais da educação. Hoje está na defesa da tendência Articulação de Esquerda. Um aspecto a destacar naquela

³⁵ Termo muito utilizado no meio sindical dos anos 80, referindo-se a direções que tinham vínculo com a classe patronal ou diretamente com o governo.

conjuntura foi o fato de se observar a resistência entre as tendências à candidatura das lideranças aos pleitos eleitorais. Segundo a vereadora Rosângela Santana para uns, como Ana Lúcia, as lideranças deveriam atuar nos movimentos sociais, nas trincheiras da organização da sociedade; para outros, deveriam ocupar todos os espaços de poder. No decorrer do processo de redemocratização do país, surge a necessidade de reavaliação das próprias agremiações partidárias e sindicais. As concepções vão amadurecendo e tomando outras dimensões.

Em 2000, Ana Lúcia assume a Secretaria Municipal de Educação, o que possibilita a experiência do exercício do poder. Fica conhecida também pelos professores da rede municipal de ensino, não obstante seu conhecimento a nível estadual. Nas eleições de 2002, aceita sair candidata a deputada estadual, decisão definida e discutida no Sintese e no PT. Com o respaldo da maioria dos votos de professores, é eleita para o seu primeiro mandato. Legislou com determinação e sempre procurou viabilizar projetos em defesa da liberdade do povo e da classe trabalhadora,

Após anos de discussões no Partido dos Trabalhadores, ao qual ainda é filiada, e em combinação com as articulações do partido, se candidata a deputada estadual em 2002. É eleita com 20.274 mil votos pela coligação “Muda Sergipe”, composta pelos partidos, PT, PC do B, PMN, PCB e PL, se constituindo assim, seu primeiro mandato na legislatura.

No segundo mandato na legislatura estadual, é reeleita em 2006, com 30.021 mil votos, pela coligação “Sergipe vai Mudar” (PT- PTB – PMDB – PL – PSB e PC do B). A votação significou um aumento em torno de mais de 40% dos votos que obtivera na primeira eleição. Logo em seguida é licenciada para assumir o cargo de Secretária de Estado de Inclusão e Desenvolvimento Social (Seides), abrindo espaço para a primeira suplente da coligação, Tânia Soares (PC do B), ocupar sua vaga.

Após dois anos atuando na pasta da Seides, Marcelo Déda altera o quadro dos secretariados substituindo-a por Conceição Vieira. Em pronunciamento, o governador reforça a liderança de Ana Lúcia:

A professora e deputada Ana Lúcia é uma mulher que, na vida pública, soube sempre mostrar sua competência quando se trata de políticas sociais. Ela cumpriu um papel difícil e fundamental, sendo a responsável pela implantação dos novos paradigmas de política social no governo e ainda traduziu as diretrizes da política nacional de assistência social, buscando consolidar o sistema único de assistência social, além de envolver o conjunto dos municípios sergipanos nas tarefas que o sistema estabelece e são diretrizes de governo e políticas de Estado” (DÉDA, 2009, p.2).

Retorna ao Parlamento em Abril de 2009. Em seu pronunciamento de retorno na Assembleia Legislativa, enfatiza a luta e compromisso com os profissionais do magistério, com a escola pública e com sua disposição de luta pela transformação da sociedade. Ana Lúcia Menezes (2009) diz ainda: “Eu me constituí, desde a minha infância, no campo da esquerda, o campo que não acredita que seja possível humanizar e melhorar a sociedade com o capitalismo”. Esse era e ainda é o discurso da líder sindicalista e militante petista:

Eu sou sindicalista. Pago como deputada a vida inteira ao sindicato. O meu agrupamento político é o que dirige o Sintese. Não existe essa dicotomia entre Ana Lúcia e Sintese. Sou uma educadora, inclusive sou uma parlamentar que nunca fez opção por aposentadoria de parlamentar, porque acho que parlamentar é uma função de cidadania, uma função eletiva, que você tem à medida que a população acha que você tem que cumprir com essa tarefa. A minha profissão é a de professora. Portanto, tenho que estar na luta por melhores condições de vida, porque também isso vai ser a minha velhice, ela vai depender exatamente do salário do professor. Neste ano eu completo 60 anos: minha velhice não vai depender do salário de deputada, porque não pago previdência no parlamento. Pago para me aposentar como professora. E a minha profissão é a minha vida. A minha forma de existir é ser educadora. O chão da escola para mim é uma paixão (COERÊNCIA, 2009, p.3)

Nesta perspectiva, Ana Lúcia volta, segundo afirma, para completar a legislatura e continuar a implementação de projetos³⁶ para a sociedade sergipana, com o olhar em direção à reflexão sobre a concretude da democracia vislumbrada com a chegada de um comunista à prefeitura de Aracaju e um petista ao governo de Sergipe. Mas nas postulações da deputada esse fato isoladamente, embora importante, ainda não garante que igualdade e justiça social tenham sido alcançadas.

³⁶ São diversos os projetos dela, criados e aprovados pela Assembleia Legislativa de Sergipe. Não existe pretensão de ressaltar os feitos, mas sim focar a sua trajetória.

4.5 Do Sindicalismo à Gestão da Maior Empresa Estatal: José Eduardo de Barros Dutra

José Eduardo de Barros Dutra nasceu em 11 de abril de 1957, no estado do Rio de Janeiro. Entretanto, viveu sua infância e juventude em Minas Gerais. Filho de José Araújo Dutra e Clóris de Barros Dutra, formou-se em geologia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em 1979. Desde cedo se integra ao movimento estudantil. De 1980 a 1981, trabalhou na Geosol - Geologia Sondagens Ltda.

Chegou ao estado de Sergipe em 1983 para trabalhar como geólogo da Petrobrás Mineração – Petromisa. Trabalhou até 1990 no planejamento geológico na mina de potássio Taquari –Vassouras/SE. Neste mesmo ano passa a compor o quadro de trabalhadores, ainda como geólogo, na Companhia Vale do Rio Doce.

Conhecido como “o mineiro”, José Eduardo Dutra se filia em 1985 ao Partido dos Trabalhadores. Pertencia declaradamente à tendência Articulação. Por sua história de luta nos movimentos sindicais, se agrega à campanha de Marcelo Déda para prefeito. Candidata-se a deputado estadual em 1986, mas não consegue se eleger, classificando-se para a primeira suplência. Na executiva estadual do Partido dos Trabalhadores, chega a assumir a secretaria de política sindical. Os laços partidários vão se solidificando e em 1989, participa ativamente na campanha de Lula para presidente.

A Associação dos Geólogos de Sergipe o elege em 1988 como “Geólogo do Ano”, devido a seu mérito e destaque no trabalho realizado com planejamento geológico. Um ano depois se engaja na campanha para presidência do Sindicato dos Mineiros do Estado de Sergipe – Sindimina. Ganha as eleições do sindicato e assume a diretoria em 1989, durante quase cinco anos.

Em 1990 é candidato a governador de Sergipe³⁷ pela coalizão dos partidos da “Frente Sergipe Popular”, composta pelas siglas PT, PC do B, PSB e PV, a mesma que apoiou Lula para presidente. Neste contexto a campanha foi de certa

³⁷ Fonte Jornal de Sergipe, ¾ -.09.2000. in Dantas, 2002:113

forma enfraquecida pela cisão das tendências internas do partido. Em meio à campanha, os candidatos da tendência Movimento Operário, insatisfeitos com a substituição de Rômulo Rodrigues por Clovis Barbosa do PSB para o senado, retiraram as candidaturas da campanha. Isto porque para garantir a aliança e manter o PSB na coligação, os articuladores políticos procederam com a substituição de Rômulo Rodrigues. Em meio a divergências provocadas pela chegada da composição de uma aliança com o ex-prefeito Jackson Barreto, José Eduardo junto a outros companheiros da tendência Articulação procura costurar um acordo sem muito sucesso.

Se afasta em 1994 da direção do Sindicato para se engajar nas eleições, uma vez que em Sergipe os setores reformistas avançaram de modo que as condições para a renovação do quadro político se mostravam favoráveis aos progressistas. Fator preponderante foi Jackson Barreto ter assumido a Prefeitura de Aracaju em janeiro de 1993. Um dos principais objetivos, segundo Dantas (2002, p.162), foi "liderar um bloco oposicionista através do estabelecimento de alianças com fortes lideranças do interior do estado". Jackson Barreto soube captar as fragilidades de grupos nos municípios em função das rivalidades políticas. Foi sabiamente canalizando essas lideranças para um novo bloco político. Neste processo contou com a parceria do ex-governador Antonio Carlos Valadares, que pleiteava uma cadeira no Senado. Sua intenção era chegar ao governo do estado de Sergipe. Portanto, fortalecido, avança na formação das alianças.

O PT e o PC do B se integram ao novo bloco político liderado pelo então prefeito de Aracaju. O Partido dos Trabalhadores sofreu divergências internas porque uma ala do PT não aceitava a aliança com Jackson Barreto. Mesmo a competição entre tendências não impediu a formação da aliança entre os membros do PDT, PT, PMN, PP e PC do B. A chapa foi encabeçada por Jackson Barreto como governador e a vice-governador Francisco Rolemberg. Havia duas vagas para o Senado; uma ficou com Antonio Carlos Valadares e a outra com José Eduardo Dutra, que ganha a eleição pela coligação.

Em 2002, no primeiro mandato de Senador, foi escolhido como liderança do bloco da esquerda no Senado Federal. Agora não se constituía apenas líder do Partido dos Trabalhadores, mas legítimo representante das siglas PDT, PPS, PSB. No Senado continua a luta pela defesa da Companhia Vale do Rio Doce. Em Brasília mantinha unidade com o deputado federal Marcelo Déda para fortalecer as bases políticas em Sergipe. Na batalha da privatização da Vale do Rio Doce, José Eduardo em 2002, na entrevista concedida³⁸, diz: “O meu projeto dava poderes ao Congresso para impedir a privatização da Vale, foi o projeto em que aconteceu a votação mais equilibrada do Senado durante os anos 95 e 96. O projeto foi rejeitado por 28 a 24 votos e teve voto favorável de vários parlamentares dos mais diversos partidos”. Tal declaração nos permite considerar a sua forte influência não só entre os companheiros de sua sigla, mas também entre os da coligação.

É qualificado pela imprensa sergipana como grande estrategista engajado na luta pela justa distribuição dos bens e serviços, incansável perseguidor da transparência da ação governamental. A sua atuação no Senado trouxe inúmeros benefícios para a nação brasileira, que se projetaram no cenário mundial, como a aprovação da Lei de Doação de Órgãos. Outro projeto que beneficia a população foi aprovado em 2001, que assegura a distribuição gratuita de medicamentos e de materiais necessários à aplicação de insulina e ao monitoramento de glicemia capilar para os portadores de diabetes³⁹.

Entre 1995 a 2000, foi membro titular das Comissões de Assuntos Econômicos da Comissão de Educação e Comissão de Fiscalização e Controle. Integrou também a Comissão Especial Temporária do Código de Trânsito. Teve destacada atuação na Comissão Parlamentar de Inquérito do Judiciário, que resultou na cassação do então senador Luiz Estevão, bem como na CPI da Mineração⁴⁰. Evidentemente que não se limitou à criação de projetos; outras ações foram incrementadas no Congresso federal. Por exemplo, hoje todo e qualquer cidadão brasileiro pode obter informações a respeito dos atos de gestão financeira. O Tribunal de Contas da União (TCU) tem como dever comunicar a parlamentares,

³⁸ Entrevista concedida a seção **C** do jornal Dito e Feito- 2002.

³⁹ Fonte: Site em matérias editadas em janeiro de 2003.

⁴⁰ Idem.

partidos, sindicatos e outras instituições o resultado de todas as auditorias que comprovem irregularidades e ilegalidades no Serviço Público Federal⁴¹. Sua presença no Senado tem sido notada marcadamente pela postura e rigor com que trata os interesses do povo brasileiro.

Um aspecto a observar na conduta partidária de José Eduardo Dutra foram os laços de unidade que conseguia manter com o partido e com suas tendências internas, prioritariamente na Articulação, da qual nunca se afastou. Neste contexto mantém um vínculo de parceria com Marcelo Déda, tanto na competência com que encaminha as atividades da legislatura, como na projeção de costurar futuras alianças nacionais. Consequentemente, com as duas legislaturas de José Eduardo e Déda em 1996, o Partido dos Trabalhadores avançou em Sergipe, avanço reconhecido pelo próprio José Eduardo, ao afirmar: “Ele [o partido] se espalhou para o interior, elegendo vereadores em dezesseis cidades, o que reforça ainda mais a importância do partido na discussão das eleições de 96⁴².” José Eduardo foi um dos grandes mentores das alianças construídas que fizeram avançar a consolidação das lideranças petistas nas esferas de poder.

A disposição de firmar alianças fica visível na sua fala em uma entrevista feita pelo jornalista Eugênio Nascimento⁴³ (2006, p. 4):

Hoje nós temos um bloco consolidado, com o PT, PC do B, PSB, PTB e PL. Estamos conversando com o PSDB, e o nosso candidato a governador, Marcelo Déda, já fez contatos com dirigentes do PMDB. Estamos aguardando uma definição. Todos os partidos que estiverem dispostos a apoiar uma candidatura para mudar Sergipe, uma candidatura comprometida com o governo democrático e popular, que inverta prioridades, e que faça, claramente, oposição ao atual modelo de gestão de Sergipe, capitaneado pelo PFL, todos os que estiverem dispostos a se engajar nesse projeto, são bem-vindos. Aí vale para o PSDB, para o PMDB e para outros partidos que porventura queiram se juntar a nós.

O manifesto de circulação interna em apoio à candidatura de José Eduardo para a presidência do partido dos trabalhadores expressa e referenda a visão de estrategista de Dutra. Um trecho desse documento reafirma:

⁴¹ Idem

⁴² Entrevista concedida seção do jornal Dito e Feito- 2006.

⁴³ Eugênio Nascimento é jornalista, antigo militante do PT, deu grande contribuição na sua formação em Sergipe.

Tem plenas condições de dinamizar as relações do PT com os movimentos sociais, a intelectualidade progressista e a juventude, potencializando o engajamento desses e de outros setores na disputa decisiva entre o avanço do projeto democrático-popular e o retrocesso neoliberal. Tem competência para fazer com que o PT amplie a sua força na Câmara, no Senado e nos governos estaduais (AVANÇAR, 2009, p. 2)

Em continuidade à sua trajetória política, ao finalizar o tempo do mandato de senador, se lança candidato a governador de Sergipe nas eleições de 2002, na coligação chamada “Muda Sergipe” formada pelos partidos PT, PC do B, PMN, PCB e PL. Alguns entraves surgiram no período da campanha e seu enfrentamento teve implicações acirradas. Dutra, em entrevista concedida a Eugenio Nascimento (2006, p.1), desabafa:

Estou começando a achar que quem avaliou como uma eleição de baixaria o segundo turno das eleições para governador de 2002, quando surgiram panfletos apócrifos, atacando a minha honra, aquela campanha fascista do forasteiro, vai começar a sentir saudades das eleições daquele ano. Porque a julgar pelos primeiros movimentos que têm sido feitos pelo grupo do governo, parece que eles vão querer usar de todas as armas. A nós, da oposição, cabe ter absoluta tranquilidade e ter confiança no voto da população.

Diante do enfrentamento de uma campanha conflituosa com João Alves Filho, Dutra obteve no primeiro turno 219.312 mil votos (28,43%), e João Alves, 336.951 mil votos (43,6%). Foi para o segundo turno, mas não obteve votos suficientes para se eleger governador de Sergipe; porém se registra um avanço no quantitativo de votos e no percentual: João Alves se elege com 55,0 % dos votos, enquanto Dutra atinge os 45,0% dos votos.

Fez uma campanha baseada nas propostas do discurso do Partido dos Trabalhadores, na moralidade do dinheiro público, justiça social, com a geração de emprego e segurança pública. Em discurso, Dutra (2002) dizia: “Vamos mudar Sergipe e mudar o Brasil, estamos no século XXI e não existe mais aquela história de salvador da pátria, aquela história de fulano de tal que rouba, mas faz, até porque esse que rouba, mas faz, se não roubasse, poderia fazer muito mais”⁴⁴. Apesar do discurso de seriedade, não fluiu o sentimento de credibilidade, porque o grande

⁴⁴ Fonte – Informe Sergipe, matérias editadas em agosto de 2003.

eleitorado se encontrava nos municípios do Estado e José Eduardo ainda era visto como um desconhecido. A sua base era o eleitor da capital. Um fator relevante foi a campanha dos seus adversários; segundo Lopes (2002, p. 5-6):

A candidatura do ex-senador Eduardo Dutra, que se apresentava como uma alternativa real de mudança no controle do poder estadual, enfrentava muitos problemas. Em primeiro lugar, além de ter que lutar contra um bairrismo tosco e provinciano de grande parte da sociedade sergipana, que buscava desqualificá-lo como postulante ao governo do estado sob o argumento de que era um “forasteiro”, pois não havia nascido em Sergipe.

Na visão de Lopes (2003), estava clara e evidente a competência de Dutra, tanto para seus companheiros quanto para seus adversários, mas ainda assim, quem não o conhecia considerava prepotente e arrogante diante das imagens que os formadores de opiniões lançavam. O fato é que José Eduardo Dutra não consegue se eleger governador de Sergipe em 2002.

Continua a vida política passando a presidir a Petrobrás de 2003 até 2005. Alterna assim as funções no legislativo e como auxiliar do governo federal. Durante esse tempo nunca exerceu função no governo estadual de Sergipe. Conhecedor da Petrobrás, quando assume declara: “Temos absoluta convicção da fundamentalidade da Petrobrás como indutora do desenvolvimento nacional e, por isso mesmo, nossa administração quer aumentar ainda mais a participação da indústria brasileira em nossos projetos, como está ocorrendo com as licitações para as plataformas” (José Eduardo, 2003, p. 51-52). A segurança e o domínio que demonstra em relação ao conhecimento técnico sobre a sua área de formação fornecem as prerrogativas para assegurar sua competência no gerenciamento da Petrobrás:

O petróleo continuará por muito tempo como a principal fonte energética no Brasil e no mundo, o que o mantém na liderança das preocupações geopolíticas internacionais. É claro que sua importância aumenta na medida em que as reservas mundiais vão sendo consumidas. Entretanto, esta equação está sendo retardada em virtude de menor crescimento do consumo, motivado por maior conscientização. (JOSÉ EDUARDO, 2003, p. 52).

A liderança de José Eduardo Dutra se forma diante de sua militância nos altos escalões no PT, no Senado e em consequência da predisposição e

perseverança no rumo da política brasileira, sendo inegável sua atuação e influência nesta direção.

José Eduardo Dutra vivenciou as conquistas dos trabalhadores sergipanos como se fosse um deles; em documento, quando presidente da Petrobrás, reafirma seu sentimento em relação à sociedade sergipana⁴⁵:

Ser cidadão de Aracaju é motivo de grande orgulho para mim, que há 24 anos escolhi esta cidade como meu lar. Aqui nasceram meus dois filhos, Andréa e Vitor. Aqui construí uma rede de sólidas e ricas amizades. E foi aqui, em Aracaju, que aprendi boa parte do que sei sobre a alegria de conviver com pessoas simples, compartilhando prazeres simples, mas indispensáveis – como tomar uma cervejinha num final de tarde, olhando o mar e saboreando o melhor caranguejo do Brasil (DUTRA., 2005, p.1).

Este gesto indicou e consolidou sua vida social e política nas terras sergipanas, em função dos vínculos aqui construídos, tanto na vida social quanto na atividade política; lembramos inclusive que por causa de sua marcante atuação na militância no sindicato dos mineiros, atribuía-se a ele origem de mineiro, topônimo para quem nasce em Minas Gerais; na verdade, o “mineiro” se devia ao fato de ele atuar na área de mineração, e também pelo fato de ter vivido muito tempo em Minas, apesar de ter nascido carioca. Reivindicou junto ao povo de Sergipe melhorias e desenvolvimento do estado, na conservação dos seus recursos.

Enfatizando o significado de José Eduardo para o contexto político sergipano, destacamos um trecho de um manifesto de circulação interna do Partido dos Trabalhadores⁴⁶ em apoio à campanha à presidência do partido:

A trajetória política de José Eduardo Dutra expressa uma profunda identidade com as lutas sociais e os compromissos históricos que deram origem ao PT e constituem a sua permanente razão de ser. Ao longo desses 30 anos, Dutra contribuiu de modo notável para a organização popular, a construção do partido e a nossa vitoriosa caminhada rumo ao comando democrático do país ((AVANÇAR, 2009, p.3).

É em função da contribuição de Dutra para Sergipe que ele se integra à história dessa geração, que deu rumos à caminhada democrática sergipana,

⁴⁵ FONTE: Catálogo da Exposição Aracaju: Paisagens e Personagens: 04/08/2005

⁴⁶ Avançar no projeto do Brasil que dá certo - Manifesto de Apoio à candidatura Jose Eduardo DUTRA – lançado no site dia terça – feira, 28 de julho de 2009.

colaborando com a construção da inserção dos movimentos sociais na pauta do legislativo, e deste ao executivo.

4.6 A Batalha pela Terra: Conceição Vieira

Conceição Vieira nasceu na cidade de Aracaju, é filha de Maria Augusta dos Santos (costureira) e Manoel Vieira Santos (profissional autônomo - falecido). Estudou em escola pública, concluiu sua formação superior pela Universidade Federal de Sergipe - UFS, no curso de Geografia. A construção de sua história de vida foi permeada por diferentes experiências profissionais, com ênfase no campo educacional. Foi professora em várias escolas da rede pública e privada.

Quando estudante exerceu o cargo de 1ª secretária Geral do Centro Acadêmico de Geografia e História da UFS, na década 70 a 80. Fez pós-graduação em Educação pela Paz e Resolução de Conflitos pela Universidade Federal de Sergipe - UFS e Universidade da Jacome na Espanha. Tornou-se Psicopedagoga Institucional e Terapeuta Holística.

Em meados de 1990 deixou a carreira no magistério como funcionária pública estadual e municipal; inicia a luta pela educação integral, gradativamente se empenhando na construção e organização comunitária e pela justiça social, o que resultou na implementação de ações que acarretaram a criação de entidades que atendem às necessidades de crianças e adolescentes. Ainda hoje, fruto do seu trabalho somado ao de outras pessoas que acreditaram na proposta, existe a instituição Um Lugar ao Sol, no município de Japaratuba-SE, que atende 600 crianças e adolescentes. De forma articulada a esse trabalho, implantou um projeto de criação da Cooperativa de Mulheres Vendedoras de Camarão também no município de Japaratuba, onde por alguns anos, assumiu tarefas na vida política local, chegando a ser Secretária de Educação e Cultura.

Assume a Presidência do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Aracaju e do Diretório Estadual do PT em Sergipe (1990), o que vem intensificar sua transição de militância no âmbito da ação partidária. Conceição

se candidata ao cargo eletivo de vereadora em 2000, eleita como primeira suplente pelo Partido dos Trabalhadores.

A liderança de Conceição Vieira se consubstancia nas ações voltadas às entidades ligadas diretamente ao atendimento de crianças e jovens, na região do Cotinguiba, especialmente em Japaratuba. Convidada por Padre Geraldo a desenvolver um trabalho social. Conceição assume o cargo público ao lado do então eleito prefeito do município, Padre Geraldo Lothaire, que a convida para integrar a executiva municipal.

Sua forte atuação pública, especialmente direcionada à população de baixa renda é a precursora de uma trajetória que conjuga a carreira política à sua participação em movimentos sociais, em especial entre os sem-terra. em entrevista que conceição nos concedeu em Setembro de 2009, essa trajetória é pontuada por ela:

Na época que estava em Japaratuba teve a ocupação do Ivan Ribeiro que é um assentamento hoje. Então o início daquela ocupação quando Padre Geraldo era prefeito, dava transporte para levar as pessoas do sertão para lá, a área da terra que estava sendo ocupada. Outra participação ligada aos trabalhadores foi na ocupação da fazenda de Capela. Foram atividades ligadas aos sem-terra principalmente a participação na Usina Santa Clara⁴⁷.(CONCEIÇÃO.2009, p.1)

De acordo com Conceição, era colocado à disposição dos trabalhadores o suporte básico para passarem os primeiros dias na terra ocupada. “Oferecemos assistência, a escola que funcionava com os filhos dos trabalhadores, mandava material, lanches, carteiras e livros. Enfim dávamos suporte ao trabalho do movimento do sem terra na região”. Além desses fatores, projetaram a liderança política de Conceição, o fato de ser liderança política na região de cotinguiba, ter sua força política associada ao prefeito Padre Geraldo Lothaire. , além de sua condição de ser mulher

Nas suas diretrizes estatutárias, o PT definia como regra um percentual de participação de mulheres para candidaturas aos diretórios e às executivas. Na articulação das chapas para o diretório e da executiva, os membros do PT

⁴⁷ Entrevista realizada em 17 de Setembro de 2009.

pretendiam contemplar Padre Geraldo, entretanto não se atingia a cota de mulheres estabelecida pelo estatuto do Partido.

Diante disso, relembra Conceição Vieira (2009):

Queriam contemplar Padre Geraldo, mas entendendo que existia necessidade de maior número de mulheres para cobrir a cota de 30% ao invés de colocá-lo na diretoria e na executiva, entenderam que poderia ser uma mulher que tivesse uma participação naquela região do Cotinguiba, representando as lideranças do PT na região. Na oportunidade a liderança expressiva era o Padre Geraldo.

Para atingir a cota de mulheres, Conceição foi credenciada no lugar do Padre Geraldo. Assume a executiva do PT em Aracaju como vice-presidente, mas “em meio ao mandato o presidente resolve sair do Partido e eu assumi a presidência. A partir daí houve um engajamento maior nas questões orgânicas do partido. Fui presidente estadual e depois fui candidata à presidência municipal.” Para ela, as orientações partidárias, principalmente as do Campo Majoritário ou Unidade na Luta, caminhavam na direção certa.

Com a vitória de Marcelo Déda nas eleições de 2000, o PT amplia sua base na Câmara Municipal em 2001. Encontramos a figura de Conceição Vieira que logo no início do governo municipal de Déda, assumiu o cargo de Presidente da Fundação Municipal do Trabalho – FUNDAT, sendo que os projetos na área de geração de emprego e renda foram metas principais de sua gestão, consolidando o trabalho voltado para ampliação das bases eleitorais e conseqüentemente da assistência social no Estado.

Na convenção oficial do partido, sua candidatura é homologada à vice-governadora junto à de José Eduardo para governador. Também participa da discussão e aprovação das alianças do partido para as eleições de 2002. Dessas alianças, é acordada a coligação chamada “Muda Sergipe”, formada pelos partidos PT, PC do B, PMN, PCB e PL. Nesse pleito o PT não ganha o governo do estado.

Em 2003, Conceição assume a função legislativa de vereadora devido às mudanças realizadas na Câmara de Vereadores, possibilitando sua atuação como parlamentar durante alguns meses deste mesmo ano. Em seguida é licenciada para

assumir o cargo de Secretária de Assistência Social e Cidadania (Sasc) na Prefeitura Municipal de Aracaju. Retorna à Câmara em 2004 para concluir seu o mandato. Foi a primeira mulher representante do PT em Sergipe, no legislativo municipal.

Para as eleições de 2006, Conceição sai candidata a deputada pelo Partido dos Trabalhadores. Neste pleito obteve o apoio de suas bases eleitorais, elegendo-se com 15.629 votos⁴⁸. Toma posse como deputada, e como tal, assume uma postura na defesa do governo petista desde o início de sua legislatura.

A fidelidade partidária de Conceição vem sendo considerada dentro do partido e dos movimentos nos últimos anos. Tem pauta prioritária para crianças, jovens e mulheres. Atualmente Conceição exerce o cargo de Secretária de Estado da Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social, convidada por Marcelo Déda em substituição à deputada Ana Lúcia Menezes. Ao ter Conceição como aliada e parceira na função de secretária, o governador Marcelo Déda ressalta a capacidade que Conceição tem demonstrado desde o início da carreira política em lidar com os movimentos sociais.

Evidentemente que vem apresentando este perfil a partir de sua história no movimento estudantil, no movimento de base, especificamente em Japarutuba, onde tem um trabalho consistente junto à Igreja Católica. Isso pode ser referendado pelo governador Marcelo Déda já em 2009, "Conceição Vieira é uma mulher humanista, que buscou fazer dos instrumentos e ferramentas que os estudos e a política lhe ofereceram elementos capazes de fazer avançar suas concepções de solidariedade, fraternidade e companheirismo". A trajetória que foi percorrida até então mantém a firmeza das ações conjuntas voltadas para a mesma direção.

Na perspectiva de complementar e preencher os quadros com a representação de mulheres no partido, Conceição avança na carreira política do PT. Em 2009, afasta-se da atividade parlamentar para participar da administração do

⁴⁸ Fonte - Portal de notícias da Globo - 02/10/2006 - 01h48m

governo estadual, objetivando colaborar com o projeto de mudança e por acreditar poder ser partícipe da construção de um período de transformação sergipano.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças nos contextos políticos, culturais, econômicos e sociais se projetam nos indivíduos de um determinado tempo, espaço e vida em comum, contribuindo para moldá-los ou torná-los agentes de transformação. Nas considerações, retomam-se a fatos que na investigação foram relevantes para entender a trajetória de um grupo, que iniciando a militância nos movimentos sociais ocupam hoje papel de destaque na vida política sergipana.

A maior parte dos personagens aqui citados iniciou na juventude sua militância política como integrantes do movimento estudantil universitário; outros, por razões diversas, ingressaram nos movimentos em um contexto político e social, já balizado por lideranças com reconhecida representatividade, o que não significa dizer que não tenham se confrontado com as forças no poder então predominantes, nem que não tiveram participação ativa na chegada desse bloco político hoje dominante no estado de Sergipe.

Inúmeras foram as dificuldades enfrentadas até a chegada aos postos de comando do Estado, as quais tiveram início nas ações de reorganização das agremiações a que se vincularam e que eram vislumbradas como espaço de luta para transformação da sociedade. Estas ações foram ampliadas com a atuação na Central Única dos Trabalhadores, nos movimentos culturais, no âmbito dos partidos políticos e das alianças estabelecidas com a finalidade de chegar ao poder e assegurar a governabilidade.

Observamos no percurso que a formação das lideranças foi impulsionada pela vontade e crença de construir uma sociedade democrática. Este grupo de lideranças tinha um objetivo bem definido: transformar o sistema vigente, criar oportunidade para que a classe trabalhadora pudesse ocupar outras instâncias de poder. Nesse processo, foram conformando ou consolidando um projeto de sociedade através dos cursos de formação, cuja tônica era a formação da liderança.

Havia também por parte desses agentes a clareza de que era preciso dedicar tempo e esforço para fazer avançar as conquistas da categoria. Neste percurso, o contexto foi se modificando, esgotando os espaços unicamente da entidade. A complexidade das relações passou a exigir que as discussões se direcionassem a outros espaços de atuação. Nesta direção os grupos reavaliam as posturas assumidas em um momento histórico diferente e redefinem os alinhamentos das candidaturas.

A aprendizagem com a militância política e as derrotas sofridas proporcionaram o amadurecimento dos jovens que integraram essa geração, no sentido de avançarem em direção das alianças, no sentido de estender os caminhos na conquista institucional. Hoje a formação destas alianças ainda é permeada por divergências.

Os últimos anos deste início do século xxi marcam um novo período na vida política sergipana. No governo temos as lideranças que construíram uma trajetória enfrentando os grupos que sempre foram poder em Sergipe. Tais lideranças vêm sendo construídas de Tancredo Neves, no início da abertura democrática, à campanha a presidente da república de Luís Inácio da Silva Lula, formando uma nova força política em Sergipe, sempre no Partido dos Trabalhadores, onde continuaram conquistando outros mandatos eletivos e mantendo significativa influência na política sergipana, se fortalecendo com alianças partidárias de esquerda e centro-esquerda.

Tantos outros grandes nomes se somaram a essa geração, que também apresentaram um cabedal de responsabilidade na chegada desse bloco político hoje dominante no estado de Sergipe. Inúmeras foram as dificuldades, uma delas a reorganização das agremiações que até os anos 80 se encontravam nas mãos de pessoas que naquele contexto entendiam e davam outros encaminhamentos, diferentes dos que pensava esse grupo. Outra dificuldade foi a de quebrar o paradigma da crença que só se poderia transformar a sociedade a partir da organização sindical dos trabalhadores, voltada aos interesses de sua categoria. Muitos trabalharam neste objetivo. Podemos visualizar a capacidade de

discernimento desses atores em buscar caminhos no próprio confronto interno de seus partidos.

Não couberam nesse estudo julgamentos a respeito da coerência das alianças e de algumas ações empreendidas com os princípios propalados por estes personagens quando ainda jovens, mas apresentar uma visão possível dos encaminhamentos que deram na construção do modelo de sociedade mais justa e democrática que sonhavam e buscaram efetivar.

6 REFERÊNCIAS

ABERTURA POLITICA BRASILEIRA. Disponível em <http://www.mundovestibular.com.br/articles/2912/1/abertura-politica-brasileira/Paacutegina1.html>. Acesso em 12 de jul. 2009.

AVANÇAR no projeto do Brasil que dá certo - Manifesto de Apoio a candidatura Jose Eduardo DUTRA. 2009. Disponível em sofiasubsidios.blogspot.com/.../manifesto-de-apoio-candidatura-jose.html. Acesso em 10 de out. de 2009.

A01. Disponível em http://www.acervoditadura.rs.gov.br/legislacao_2.htm AI-01 1964. Acesso em 6 de jul. de 2009.

BRITTO, C. **Eles não comem criancinhas**. Correio de Sergipe, 2006 Disponível em www.sociedadesemear.org.br/artigos_leitura.asp. Acesso em 08 de agos. de 2009.

BUONICORE, A. **Revista Movimento da União Nacional dos Estudantes - A UNE e a resistência à Ditadura Militar**. Nº 21, março, p.17. Rio de Janeiro, 2009.

CASTELO BRANCO. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Humberto_de_Alencar_Castelo_Branco. Acesso em 11 de mai. de 2009.

COERÊNCIA ao modo de Ana Lúcia. 2009. Disponível em www.cinform.com.br/.../COERENCIA+AO+MODO+DE+ANA+LUCIA+.html. Acesso em set. de 2009.

CONCEIÇÃO VIEIRA. Disponível em <http://www.conceicao.vieira.nom.br/principal.jsp?page=8&sessao=biografia>. Acesso em 17 de set. de 2009.

DANTAS, José Ibarê Costa. **Os Partidos Políticos em Sergipe (1889/1964)**. Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro. 1989.

DANTAS, J. Ibarê C. **A tutela militar em Sergipe (1964/1984): partidos e eleições num estado autoritário**. Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro. 1997.

DANTAS J. Ibarê C. **Eleições em Sergipe: (1985-2000)**. Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro. 2002.

DANTAS, J. Ibarê C. **História de Sergipe: República (1889-2000)**. Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro. 2004.

DANTAS J. Ibarê C. **As Eleições de 2004 em Aracaju**. 2004. Disponível em <http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/aracaju.pdf.Sergipe> Acesso em 01 de set. de 2009.

DÉDA empossa Conceição Vieira na Secretaria de Desenvolvimento Social. 2009. Disponível em www.agencia.se.gov.br/noticias/.../materia:13184. Acesso em 13 de jul. de 2009.

DELGADO, Lucilia de A. N. **Tempos de reencontro em Fernando Sabino, memória, literatura, história e modernidade**. Uberlândia, Ed. Artcultura, 2007. Disponível em www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF14/lucilia20delgado. Acesso em 23 de jun. de 2008.

DUTRA, J. B. E. **Homenagem a Aracaju**. 2005. Disponível em www.sociedadesemear.org.br/agenda_detalhes.asp. Acesso em jun. de 2008.

EDVALDO assume prefeitura de Aracaju. 2006. Disponível em <http://www.correiodesergipe.com/lernoticia.php?noticia=1361>. Acesso em 08 de agos. de 2009.

EDVALDO se consolida como administrador. 2008. Disponível em <http://www.correiodesergipe.com>. Acesso em 10 de agos. de 2009.

EDVALDO N. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Edvaldo_Nogueira. Acesso em 18 de agos. de 2009.

ELEIÇÕES 2004. Disponível em <http://www.bonde.com.br/eleicoes/mun2004/1turno/apuracao/SE/31054.htm>. Acesso em 18 de set. de 2009.

FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **História Política de Sergipe (Do Golpe de 15/11/1889 ao Golpe de 31/03/1964)**, IV volume (1955/1962). Aracaju-SE, 1991.

FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **História Política de Sergipe – volume VII (1982-1990)** Aracaju- Sergipe- 1996.

FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **Ciências Sociais, Barbárie e Socialismo** volume – II, Sociedade Editorial de Sergipe. Aracaju-Sergipe, 2000.

GALVÃO, M. **Edvaldo Nogueira**. Disponível no site: www.rafael.galvao.org. mar. 2006. Acesso em 08 de agos. de 2009.

GOISINHO relembra Golpe de 64 e critica postura parlamentar. 2004. Disponível em www.informesergipe.com.br. Acesso em 18 de agos. de 2009.

GONÇALVES, Hebe S. **Juventude brasileira entre tradição e modernidade**. Disponível em www.scielo.br. Acesso em 29 de novembro de 2008.

GRAÇA, Tereza C. Cerqueira. Josefa Eliana Souza e Betisabel Vilar de J. Santos. **A Cartilha do Barnabé: a Educação Pública Municipal no Governo Conrado de Araújo 1959-1963**. Aracaju-SE, SEMED, CDU 37(091) (813.7), 1996.

JESUS, Vânia Maria de. Orientação [de] José Vieira da Cruz - **Sindicalismo em Movimento: a atuação do Centro dos Profissionais de Ensino de Sergipe (1986-1992)**, Aracaju, 2006.

JOSE Eduardo Dutra. 2003. Disponível em www.conexaomaritima.com.br/.../ Acesso em 29 de set. 2009.

LESSA e SOUZA, **Movimento Estudantil em Sergipe – 60 a 90: Avanços e Retrocessos**. Aracaju, 2001. Disponível em www.rizoma.ufsc.br/pdfs/1042-of11a-st4.pdf . Acesso em 20 de jul. de 2009.

LOPES, E. S. Azevedo. **História dos Movimentos Sociais no Campo em Sergipe: uma Abordagem Preliminar**. Aracaju -SE. Anais do XI CISO Aracaju- SE :Sercore Artes Gráficas Ltda., 2002. Disponível em www.fundaj.gov.br. Acesso em 14 de jun. de 2009.

MARCELO Deda Chagas. Disponível em [HTTP://www.agencia.se.gov.br](http://www.agencia.se.gov.br) . Acesso 11 dez. de 2008.

MELUCCI, A. **Juventude, tempo e movimentos sociais** Tradução de Angelina Teixeira Peralva, Publicado em: Revista Young. Estocolmo: v. 4, nº 2, 1996, Revista Brasileira de Educação 05 e 06 de 1997. Disponível em www.anped.org.br . Acesso em 22 de agos. de 2009.

MORISSAWA, Mitsue. **A História da luta pela terra e o MST**. São Paulo, Expressão Popular, 3ª reimpressão: 2008.

NASCIMENTO, E. José Eduardo Dutra. 2006. Disponível em <http://iaracaju.infonet.com.br/politicaeconomia/ler.asp?id=46605&titulo=entrevista> . Acesso em 8 de set. de 2009.

NUNES, Carla Alessandra da Silva. **Gestão democrática na Escola Pública: o caso da EMEF Marechal Henrique Teixeira Lott**, 1ª edic. Gráfica Wg, Aracaju-SE. 2000.

PARANÁ, Denise. **O filho do Brasil: de Luiz Inácio a Lula** – São Paulo, 1ª edição, editora Xamã, 1996.

VELHO, Gilberto. **Subjetividade e sociedade: uma experiência de geração**. Rio de Janeiro. 3 ed. Ed. Jorge Zahar, 2002

RESGATE Histórico dos 30 anos de luta do Síntese. 2009. Disponível em www.sintese-se.com.br/index.php. Acesso em 4 de set. de 2009.

RESISTÊNCIA. **Órgão de divulgação do Sindicato dos Bancários de Sergipe** - Edição Especial, nº 882 de 26 de agosto a 01 de Setembro de 2009.

ROMÃO, F. Lisboa. **A globalização e seus reflexos sobre os trabalhadores estáveis”: petroleiros da Fafen/Petrobrás**. Ver. Sociologias, Porto Alegre, ano 3, nº 6, jul/dez 2001, p.200-220. ISSN 1517-4522. Disponível em www.scielo.br/scielo acessado em 16 de Mar. de 2009.

SARMENTO, Manuel Jacinto- **Gerações e Alteridade: Interrogações a partir da Sociologia da Infância** - *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 26, n. 91, p. 361-378, Maio/Ago. 2005 (Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 09 de out. de 2008.

SURGENTE. **Informativo do Sindipetro Rio de Janeiro**, nº 591 de 31 de Agosto de 1999. Disponível em www.sindipetro.org.br/101/index.htm. Acesso em 11 de dez. de 2009.

VEJA, revista - **Edição Especial 40 anos ,1968, ano 41**, São Paulo, Editora ABRIL, setembro, 2008.

Outros Jornais Pesquisados

Jornal de Sergipe- Aracaju, de 07,08 e 09 de julho de 1991.

Jornal da Cidade – caderno A-3, 11-12 de Julho de 1999.

Jornal da Cidade – caderno C, 8-9 de outubro de 2000.

Jornal da Cidade, Aracaju. De janeiro de 1980 a novembro de 2004.

Jornal Cinform – Edição Especial, 831 , 15-21 de Março de 1999.

Jornal Cinform – Cidade – Edição, 926 , 8-14 de Janeiro de 2001.

Jornal Gazeta de Sergipe, Aracaju, edições de 1980 a 1998.

Jornal Gazeta de Sergipe, Aracaju, Política local, 15 de Agosto de 2002.

Jornal da Manhã - Política- Caderno 03, 15 e 16 de Novembro de 1998.

Outros sites utilizados na pesquisa.

www.carloskuntzel.com.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=60

acesso em 11/05/2009

http://www.cut-se.org.br/novo/noticias_interna.asp?id=1251 acesso em (15/07/2009)

http://pt.wikipedia.org/wiki/Edvaldo_Nogueira acesso em 18/08/2009

www.sintese.br acesso em 08/08/2009

(<http://www.geocities.com/sindimina> acesso em 08/08/2009).

<http://www.infoescola.com/geografia/mst-movimento-dos-trabalhadores-rurais-sem-terra/> acesso em 14/08/2009

www.acervoditadura.rs.gov.br/legislacao_2.htm acesso em 08/08/2009

www.agencia.se.gov.br/institucional/governoleitura/materia:1054/marcelo_deda_chagas acesso em 10/04/2009.

gabinete@secom.se.gov.br / agmail@secom.se.gov.br acesso em 13/06/2005

WWW.cut.br acesso em 13/06/2005

<http://pt.wikipedia.org/wiki/> acesso em 18/08/2009

http://www.cutsp.org.br/historico/historico_nacional.ht

Data: 18/08/2009

www.wikipedia.com.br acesso em 20/08/2009

www.cinform.com.br acesso em 22/08/2009

<http://g1.globo.com/Noticias/Eleicoes2006/0,,AUA0-6308-3,00.html> acesso em 01/10/2009.

<http://www.tse.jus.br/internet/eleicoes>. acesso em 27/09/2009.

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u397254.shtml>, acesso em 01/09/2009.

<http://wapedia.mobi/pt/MST> acesso em 01/09/2009.

www.correidenoticias.net , acessado em 27/07/2009

www.sesc.com.br/ acessado em 20/07/2009.

pt.wikipedia.org/wiki/Sergipe acessado em 08/08/2009.

<http://www.infonet.com.br/politica/ler.asp> id=80880&titulo=prefeitos acessado em 08/08/2009

<http://www.correiodesergipe.com/lernoticia.php?noticia=13611> acessado em 20/07/2008.

www.scientiaplena.org.br acessado em 08/01/2008

www.sindipetro.org.br .acessado em 08/01/2008

www.sintese.br acesso em 08/08/2009

www.wikipedia.com.br; acesso em 12, 16, 20 e 23 de Agosto de 2009.

www.cinform.com.br (1982 a 2000) acesso em 12, 15, 25 de julho 2009.

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

- 1- Como você começou sua atividade política?
- 2- Quais os aspectos de sua trajetória política você destacaria?
- 3- Como se deu sua ascensão ao cargo eletivo e no cargo de governo?
- 4- Como você analisa sua atual situação política?

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)